



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

KECIO CARLOS DA SILVA SANTOS

**O ARQUIVISTA EM FOCO: reconhecimento, atribuições e impacto organizacional a
partir da percepção de colaboradores em instituições paraibanas**

JOÃO PESSOA

2026

KECIO CARLOS DA SILVA SANTOS

O ARQUIVISTA EM FOCO: reconhecimento, atribuições e impacto organizacional a partir da percepção de colaboradores em instituições paraibanas

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba em cumprimento às exigências para obtenção do Grau de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Professora Dra. Danielle Alves de Oliveira

JOÃO PESSOA

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237a Santos, Kecio Carlos da Silva.

O arquivista em foco: reconhecimento, atribuições e impacto organizacional a partir da percepção de colaboradores em instituições paraibanas / Kecio Carlos da Silva Santos. - João Pessoa, 2026.

58 f. : il.

Orientação: Danielle Alves de Oliveira.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Arquivista. 2. Arquivologia. 3. Gestão da informação. 4. Memória institucional. 5. Valorização profissional. I. Oliveira, Danielle Alves de. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 930.25(043)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

FOLHA Nº 2 / 2026 - CCSA - CARQ. (11.01.13.08)

Nº do Protocolo: 23074.031828/2026-19

João Pessoa-PB, 13 de Abril de 2026

FOLHA DE APROVAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

KECIO CARLOS DA SILVA SANTOS

O ARQUIVISTA EM FOCO: reconhecimento, atribuições e impacto organizacional a partir da percepção de colaboradores em instituições paraibanas

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de bacharel em Arquivologia.

Data de aprovação: 19 de abril de 2026 Resultado:

APROVADO

BANCA EXAMINADORA:

Assinam eletronicamente esse documento os membros da banca examinadora, a saber: Profa. Dra. Danielle Alves de Oliveira (orientadora), Profa. Dra. Julianne Teixeira e Silva e Prof. Rayan Aramis de Brito Feitoza (membros).

(Assinado digitalmente em 13/04/2026 16:48)
DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1959751

(Assinado digitalmente em 13/04/2026 18:53)
JULIANNE TEIXEIRA E SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1749263

(Assinado digitalmente em 14/04/2026 10:31)
RAYAN ARAMIS DE BRITO FEITOZA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 4753641

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **2**, ano: **2026**, documento(espécie): **FOLHA**, data de emissão: **13/04/2026** e o código de verificação: **95abb58017**

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder força, saúde e perseverança ao longo dessa caminhada, especialmente nos momentos mais desafiadores, tornando possível a conclusão deste trabalho.

À minha família, pelo amor, apoio e paciência em todos os momentos. O incentivo de vocês foi essencial para que eu chegasse até aqui.

À Prof. Danielle Alves de Oliveira, pela orientação atenta, pelas contribuições valiosas e pela dedicação durante todo o desenvolvimento desta pesquisa. Sua condução foi fundamental para meu crescimento acadêmico.

Aos professores do curso de Arquivologia, pelos ensinamentos e aprendizados que contribuíram para minha formação e para a construção deste trabalho.

Aos colaboradores das instituições participantes, pela disponibilidade e por compartilharem suas experiências, tornando esta pesquisa possível.

Aos colegas de curso, pelo companheirismo e pelas trocas ao longo da graduação.

E a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, minha sincera gratidão.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nome da Instituição.....	27
Gráfico 2 – Setor de trabalho.....	28
Gráfico 3 – Tempo de Atuação	29
Gráfico 4 – Contato Profissional	30
Gráfico 5 – Conhecimento da Profissão	31
Gráfico 6 – Conhecimento mais importante.....	33
Gráfico 7 – Atividades do arquivista	35
Gráfico 8 – Participação na instituição	36
Gráfico 9 – Orientação de arquivista	38
Gráfico 10 – Dificuldades no setor.....	39
Gráfico 11 – Importância do trabalho.....	40
Gráfico 12 – Valorização na instituição.....	41
Gráfico 13 – Falta de conhecimento.....	42
Gráfico 14 – Impacto da atuação	43
Gráfico 15 – Informação sobre o trabalho.....	44
Gráfico 16 – Visibilidade do arquivista	45

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 BREVE PANORAMA SOBRE A ORIGEM E A CONSOLIDAÇÃO DA ARQUIVOLOGIA	11
2.2 PRIMEIROS CURSOS DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO ACADÊMICA NO BRASIL	13
2.3 MARCOS LEGAIS DA PROFISSÃO ARQUIVÍSTICA E DA POLÍTICA DE ARQUIVOS NO BRASIL	15
2.4 A IMPORTÂNCIA DO ARQUIVISTA NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL.....	17
2.5 PANORAMA DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ARQUIVISTA.....	19
2.6 TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS E NOVAS COMPETÊNCIAS NA ATUAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	22
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	25
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERENCIAS	49
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS PARTICIPANTES.....	53

RESUMO

O arquivista desempenha papel essencial nas organizações, sendo responsável pelo planejamento, organização, gestão e preservação de documentos e informações institucionais. Apesar dessa relevância, a profissão ainda carece de visibilidade e reconhecimento institucional, o que pode comprometer a eficiência administrativa, a gestão da informação e a preservação da memória. Este estudo teve como objetivo investigar a percepção sobre a atuação do arquivista e compreender de que forma a valorização ou o desconhecimento de suas atribuições impacta a prática profissional. A pesquisa adotou abordagem exploratória, descritiva e qualitativa, utilizando levantamento bibliográfico, documental e aplicação de questionários junto a colaboradores institucionais. Com base no referencial teórico da Arquivologia e nas normas profissionais, foram analisados os conceitos, funções e competências do arquivista, assim como sua importância estratégica para a organização, a gestão da informação e a preservação da memória institucional. Concluiu-se que o fortalecimento da visibilidade e do reconhecimento do arquivista é fundamental para aprimorar os processos administrativos, consolidar a cultura arquivística e assegurar a eficiência e a transparência organizacional, reafirmando sua importância social, técnica e estratégica nas instituições contemporâneas.

Palavras-Chave: arquivista; arquivologia; gestão da informação; memória institucional; valorização profissional.

ABSTRACT

Archivists play an essential role in organizations, as they are responsible for the planning, organization, management, and preservation of institutional documents and information. Despite this importance, the profession still lacks visibility and recognition, which may compromise administrative efficiency, information management, and the preservation of institutional memory. This study aimed to investigate perceptions of the archivist's role and to understand how the appreciation or lack of awareness of their responsibilities impacts professional practice. The research adopted an exploratory, descriptive, and qualitative approach, based on bibliographic and documentary research, as well as the application of questionnaires to institutional employees. Drawing on archival science literature and professional standards, the study analyzed the concepts, functions, and competencies of archivists, in addition to their strategic importance for organizational structure, information management, and the preservation of institutional memory. The findings indicate that strengthening the visibility and recognition of archivists is essential for improving administrative processes, consolidating archival culture, and ensuring organizational efficiency and transparency, thereby reaffirming their social, technical, and strategic relevance in contemporary institutions.

Keywords: archivist; archival science; information management; institutional memory; professional recognition.

1 INTRODUÇÃO

Em uma sociedade cada vez mais orientada pela informação, lidar com documentos tornou-se parte essencial das rotinas pessoais, administrativas e institucionais. Informações são produzidas, circuladas e armazenadas em grande volume e velocidade, mas nem sempre se reconhece quem assegura que esses registros permaneçam organizados, acessíveis, íntegros e preservados ao longo do tempo. Entre os bastidores das atividades organizacionais está o trabalho do arquivista, profissional responsável por planejar, gerir e garantir a continuidade dos processos informacionais. Apesar disso, ainda persiste um desconhecimento expressivo sobre a natureza da Arquivologia e sobre as funções desempenhadas por esses profissionais.

Ao longo das últimas décadas, a Arquivologia conquistou avanços acadêmicos, legais e institucionais significativos, consolidando-se como área científica e campo de atuação profissional. Contudo, fora dos espaços especializados, a profissão ainda carece de visibilidade e reconhecimento, sendo comum que sua atuação permaneça invisibilizada dentro das instituições. Esse distanciamento entre o papel desempenhado pelo arquivista e a percepção dos colaboradores evidencia uma lacuna que merece investigação, uma vez que o desconhecimento sobre suas atribuições pode comprometer a eficiência administrativa, a gestão documental e a preservação da memória institucional.

A Arquivologia, enquanto ciência, dedica-se ao desenvolvimento de métodos e técnicas que permitem ao arquivista organizar, gerir e preservar documentos, assegurando sua autenticidade, integridade e acesso (Universidade Federal de Santa Maria, 2023). Nesse sentido, o arquivista atua como mediador qualificado entre a informação e o usuário, implementando sistemas de arquivamento, estruturando procedimentos e garantindo que cada documento seja tratado de forma adequada desde a sua produção até a destinação final. De acordo com Bellotto (2002), a Arquivística, como ciência, tem como objeto de estudo o arquivo, abrangendo desde seus fundamentos teóricos e históricos até as práticas técnicas de produção e gestão documental, mantendo estreita relação com disciplinas como a História, o Direito e a Administração.

Deste modo, Duchein (1978 *apud* Costa, 2013, p. 8) reforça que “Os arquivos são o produto natural e orgânico das diversas atividades administrativas, públicas ou privadas [...]” constituindo registros autênticos das ações institucionais. Nesse contexto, o arquivista assume responsabilidade técnica e ética ao garantir a organização, a preservação e o acesso à documentação, permitindo que os arquivos cumpram suas funções probatória, informacional e histórica.

A ausência do arquivista, ou mesmo a falta de compreensão sobre sua importância, pode gerar impactos significativos no cotidiano institucional. Documentos desorganizados dificultam o acesso à informação, processos tornam-se lentos, direitos podem ser prejudicados e a memória institucional corre o risco de fragmentar-se. Embora seu trabalho seja, muitas vezes, silencioso, ele é fundamental para a continuidade administrativa, para a transparência e para o funcionamento eficiente de organizações públicas e privadas.

Diante desse cenário, a presente pesquisa busca compreender como o arquivista é percebido no contexto institucional. Surge, assim, a questão que orienta este estudo: de que forma a falta de clareza ou de reconhecimento, por parte dos colaboradores das instituições, acerca das atribuições do arquivista, impacta a valorização da profissão e sua contribuição para a gestão da informação e a preservação da memória institucional? Essa pergunta reflete a preocupação central deste trabalho: investigar como o desconhecimento ou a baixa visibilidade profissional interferem na prática arquivística e no reconhecimento social da área.

Portanto, o estudo estabelece como objetivo geral investigar como os colaboradores das instituições reconhecem a atuação do arquivista, destacando o conhecimento acerca de suas funções e a importância atribuída à profissão na gestão, organização da informação e eficiência administrativa. Especificamente, objetiva-se: a) apresentar o arquivista e suas principais atribuições, contextualizando sua função no ambiente institucional; b) identificar o conhecimento que os colaboradores possuem sobre a profissão e suas atribuições; c) analisar de que forma o reconhecimento (ou a ausência dele) impacta o papel do arquivista no contexto organizacional; e d) refletir sobre estratégias que possam ampliar a visibilidade e o reconhecimento da profissão no ambiente institucional. Para alcançar esses objetivos, a pesquisa foi desenvolvida junto aos colaboradores da Agência de Regulação do Estado da Paraíba (ARPB) e da Fundação Casa de José Américo (FCJA), ambas instituições públicas que contam com a atuação de arquivistas.

A motivação deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) decorre tanto da necessidade de compreender como a profissão é percebida dentro das instituições quanto do desejo do pesquisador de contribuir para a valorização e visibilidade do arquivista na sociedade. Ao longo dos quatro anos de formação, o autor se deparou repetidamente com dúvidas, estereótipos e desconhecimento sobre a área – perguntas como “*Arqui... o quê?*” tornaram-se frequentes no convívio familiar, entre amigos e até mesmo em ambientes institucionais. Essas experiências revelaram não apenas a falta de compreensão sobre o campo, mas também a sensação de invisibilidade enfrentada por muitos profissionais, que, mesmo atuando em espaços estratégicos, nem sempre são reconhecidos ou compreendidos em sua relevância. Assim, a

escolha do tema emerge como uma forma de dar voz a essa realidade, reafirmar a importância social do arquivista e demonstrar que sua atuação é fundamental para a organização, a memória e o funcionamento das instituições.

Dessa forma, este estudo reafirma a relevância social, institucional e científica da temática, situando o arquivista como profissional essencial e, simultaneamente, ainda pouco reconhecido. Espera-se que esta pesquisa contribua para ampliar a compreensão sobre sua atuação e fortalecer a valorização da Arquivologia como campo indispensável à gestão da informação e à preservação da memória organizacional.

Por fim, este trabalho organiza-se em cinco seções principais: o primeiro é dedicado à introdução. A seguir, apresentamos a fundamentação teórica, trazendo um panorama histórico da Arquivologia, sua consolidação acadêmica, os marcos legais da profissão, os campos de atuação do arquivista e as novas competências exigidas pelas transformações digitais. O terceiro descreve os procedimentos metodológicos da pesquisa, detalhando suas etapas, instrumentos e abordagem analítica. O quarto apresenta e discute os resultados obtidos, relacionando-os ao referencial teórico e às percepções dos colaboradores investigados. Ao final, são apresentadas as considerações finais, destacando contribuições, limites e potenciais desdobramentos do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A atuação do arquivista nas instituições contemporâneas é resultado de um processo histórico, epistemológico e normativo que consolidou a Arquivologia como área de conhecimento e profissão regulamentada. Em um cenário marcado pela crescente valorização da informação como recurso estratégico, compreender esse percurso é fundamental para analisar como o arquivista é percebido no ambiente organizacional e qual o impacto de suas atividades na gestão, na eficiência administrativa e na preservação da memória institucional.

Este referencial teórico apresenta os principais fundamentos que sustentam a análise proposta neste estudo. Inicialmente, discute-se a origem e o desenvolvimento da Arquivologia enquanto disciplina, destacando sua consolidação acadêmica e profissional. Em seguida, abordam-se os marcos legais que estruturam a prática arquivística no Brasil, essenciais para compreender o escopo das atribuições e responsabilidades do arquivista. Posteriormente, são analisadas as áreas e contextos de atuação desse profissional, evidenciando sua importância para a gestão da informação, a transparência, a tomada de decisões e o funcionamento eficiente das organizações. Por fim, discutem-se as transformações tecnológicas que impactam diretamente o fazer arquivístico, introduzindo as novas competências demandadas pelo ambiente digital.

Ao articular esses elementos, o referencial teórico oferece uma base sólida para a investigação proposta, permitindo compreender como os colaboradores das instituições reconhecem a atuação do arquivista, quais sentidos atribuem à sua prática e de que forma esse reconhecimento, ou sua ausência, influencia a dinâmica organizacional.

2.1 BREVE PANORAMA SOBRE A ORIGEM E A CONSOLIDAÇÃO DA ARQUIVOLOGIA

A necessidade de registrar informações acompanha a própria evolução da humanidade. Desde as primeiras civilizações, o ato de registrar transações, leis e decisões políticas revelou-se essencial para a organização social e o exercício do poder. As tábuas de argila, papiros e pergaminhos, utilizados na Antiguidade, constituíram os primeiros suportes de registro e deram origem às práticas de controle e preservação da informação que, posteriormente, estruturariam os arquivos.

Durante a Idade Média, a produção e guarda de documentos ficaram concentradas principalmente nas instituições religiosas e nas monarquias. Mosteiros e catedrais tornaram-se

importantes repositórios documentais, pois a Igreja era uma das poucas instituições que dominava a leitura e a escrita. Nessa época, os arquivos assumiram função jurídica e probatória, servindo à comprovação de direitos e privilégios. Como observa Porto (2013, *apud* Universidade Federal do Paraná, 2021), o controle documental representava também o controle do conhecimento e da narrativa histórica, reforçando a autoridade eclesiástica sobre a sociedade medieval.

O advento da Revolução Francesa, no final do século XVIII, marcou uma profunda transformação nesse cenário. Os arquivos passaram a ser compreendidos como patrimônio público e instrumentos de cidadania. A criação do Arquivo Nacional da França, em 1790, representou o início da Arquivologia moderna e consolidou princípios fundamentais, como o respeito à proveniência e à ordem original, bases que até hoje orientam a prática arquivística. Conforme destacam Rousseau e Couture (1998), os revolucionários franceses reconheceram o poder contido nos arquivos e instituíram sua preservação como dever do Estado, promovendo o acesso público à informação e a transparência administrativa.

Outro marco teórico importante foi a publicação do *Handleiding voor de archivistiek* (Manual dos Arquivistas Holandeses), em 1898, por Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin. A obra sistematizou princípios e métodos científicos para a gestão de arquivos, superando práticas empíricas até então predominantes. Schellenberg (1973) considera esse manual um dos textos mais influentes da Arquivologia mundial, por estabelecer uma base teórica universal que inspirou diferentes países a desenvolverem suas próprias práticas arquivísticas.

Essas transformações consolidaram a Arquivologia como campo científico autônomo, voltado à preservação da memória coletiva e ao acesso à informação. Entretanto, no Brasil, esse processo ocorreu de forma mais lenta e em um contexto político e institucional distinto.

Durante o século XIX, o país vivia a formação de seu Estado nacional e a necessidade de organizar a documentação administrativa produzida pelo governo imperial. Nesse contexto, foi criado, em 1838, o Arquivo Nacional, inicialmente denominado Arquivo Público do Império, com a missão de reunir, preservar e administrar os registros oficiais do Estado brasileiro (Gabler, 2014). A criação da instituição representou um marco importante para a consolidação da prática arquivística no país.

Apesar de seu papel central, o Arquivo Nacional enfrentou sérias limitações estruturais, administrativas e técnicas. Como descreve Rodrigues (1959), a instituição funcionava mais como um depósito de documentos do que como um centro de gestão arquivística, carecendo de políticas de tratamento documental e de profissionais especializados. Essas dificuldades

revelam que o desenvolvimento da Arquivologia no Brasil foi gradual e dependente da consolidação de políticas públicas e da formação de especialistas.

Assim, a criação do Arquivo Nacional, embora essencial para a preservação da memória administrativa do país, também evidenciou a necessidade de profissionalização e institucionalização da área. Esse processo, que ganharia força apenas no século XX, seria fundamental para que a Arquivologia brasileira alcançasse reconhecimento científico e consolidasse sua função estratégica na gestão da informação e na preservação da memória nacional.

2.2 PRIMEIROS CURSOS DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO ACADÊMICA NO BRASIL

Na década de 1950, José Honório Rodrigues, diretor-geral do Arquivo Nacional, buscou ampliar o intercâmbio com especialistas estrangeiros, promovendo a vinda deles ao Brasil para estabelecer os fundamentos de uma política arquivística nacional voltada à capacitação de profissionais e à organização de um processo administrativo claro para os arquivos (Cougo Júnior, 2023).

Com o objetivo de formar arquivistas no Brasil, José Honório Rodrigues solicitou em 1958 ao adido cultural francês a vinda do professor Henri Boullier de Branche, diretor dos *Archives Départementales de la Sarthe*, na França. De Branche chegou ao país em agosto de 1959, quando o Curso de Arquivos já estava praticamente estruturado e divulgado pela imprensa (Cougo Júnior, 2023).

Esse acontecimento trouxe importantes benefícios ao país, como a modernização da gestão arquivística, a formação de profissionais qualificados, a melhoria na organização e preservação dos acervos, o fortalecimento institucional do Arquivo Nacional e o intercâmbio de conhecimentos com a França, impulsionando o desenvolvimento da Arquivologia no Brasil. Como consequência, em 1960 foi criado o Curso Permanente de Arquivos (CPA), considerado o primeiro curso de Arquivologia do país, “[...] constituindo, portanto, o modelo francês como o primeiro referencial teórico na formação dos arquivistas” (Bottino, 1994 *apud* Tanus; Araújo, 2013, p. 88).

A constituição da arquivística como um campo de conhecimento autônomo e como prática profissional no Brasil foi o resultado de um longo e gradual processo de institucionalização. Embora alguns estudiosos apontem que as raízes da arquivística no país podem ser rastreadas em períodos anteriores, foi na década de 1970 que se deu a verdadeira

transformação dessa área. Nesse período, importantes mudanças estruturais e organizacionais ocorreram, que não apenas consolidaram a disciplina, mas também estabeleceram as bases para sua prática profissional no contexto brasileiro. Nesse sentido, Fonseca (2005, p. 67) destaca que:

Certamente a história dos arquivos e da disciplina arquivística no Brasil poderia ser analisada desde muito antes da década de 1970, e esta é uma lacuna da historiografia da área em nosso país. Mas essa década foi de fundamental importância para se estabelecer alguns parâmetros que ainda hoje definem as questões arquivísticas no Brasil. Assim é que, em 1971, foi criada a Associação dos Arquivistas Brasileiros, que exerceu indiscutível liderança nas conquistas posteriores.

A Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) foi fundada em 20 de outubro de 1971, com o objetivo de promover o desenvolvimento da Arquivologia no Brasil. Criada como uma sociedade civil de direito privado e sem fins lucrativos, a AAB teve como propósito principal estimular o avanço técnico, científico e cultural da área, sendo reconhecida como de utilidade pública estadual em 1977 (Arquivo Nacional, s.d).

Diante do exposto, observa-se que a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros representou um marco para a consolidação da Arquivologia no Brasil. Apesar de inicialmente não possuir caráter oficial, essa instituição exerceu papel essencial no fortalecimento da profissão, sendo responsável por importantes avanços, como a regulamentação das atividades de Arquivista e Técnico de Arquivo, a implementação de cursos superiores na área, a fundação do primeiro periódico especializado e a organização dos Congressos Brasileiros de Arquivologia, conforme destaca Fonseca (2005).

Em 1973 o Curso Permanente de Arquivos passou a ter vínculo universitário por meio de um convênio com a antiga Universidade do Brasil, hoje UFRJ. No entanto, as aulas continuaram ocorrendo no Arquivo Nacional até 1977, quando o curso foi finalmente transferido para a antiga FEFIERJ, atual UNIRIO. (Tanus; Araújo, 2013).

Em 1974, é fixado por meio da Resolução nº 28 de 13 de maio, pelo Conselho Federal da Educação, o primeiro currículo mínimo da Arquivologia, que também contou com o apoio efetivo da AAB. Esse currículo incluía as seguintes disciplinas:

Introdução ao estudo da história; Noções de Contabilidade; Noções de Estatística; Arquivo I – IV; Documentação; Introdução a Administração; História Administrativa, Econômica e Social do Brasil; Paleografia e Diplomática; Introdução à Comunicação; Notariado e uma língua estrangeira moderna (Tanus; Araújo, 2013, p. 90).

Portanto, a consolidação da profissão de arquivista no Brasil ocorreu de forma gradual, articulando avanços institucionais, acadêmicos e políticos. A década de 1970 foi particularmente decisiva: além da aprovação do curso superior e da definição do primeiro currículo mínimo, marcos que possibilitaram a expansão da formação universitária em Arquivologia, também se fortaleceu a mobilização da categoria profissional. Esse movimento era urgente, sobretudo porque os primeiros egressos começavam a chegar ao mercado de trabalho sem um arcabouço legal que garantisse reconhecimento e condições adequadas de atuação, e sobretudo, sem uma política nacional de arquivos que determinasse a responsabilidade pública na proteção e preservação dos acervos.

2.3 MARCOS LEGAIS DA PROFISSÃO ARQUIVÍSTICA E DA POLÍTICA DE ARQUIVOS NO BRASIL

A consolidação da Arquivologia como profissão e como política pública no Brasil resultou de um processo gradual que se firmou a partir de dois marcos legais fundamentais: a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo, em 1978, e a instituição da Política Nacional de Arquivos, em 1991. Esses dispositivos se complementam, pois, enquanto a Lei nº 6.546/1978 confere identidade, reconhecimento e parâmetros técnicos para o exercício profissional, a Lei nº 8.159/1991 estabelece o papel do Estado na gestão, preservação e acesso aos documentos arquivísticos, reconhecendo-os como patrimônio cultural e instrumentos essenciais para a cidadania e a memória social.

A regulamentação da profissão consolidou-se com a promulgação da Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, sancionada pelo então presidente Ernesto Geisel. Essa legislação “Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências” (Brasil, 1978) e representou um marco decisivo para o campo arquivístico brasileiro. A lei definiu requisitos de formação, critérios para o exercício legal da profissão e um conjunto de atribuições que conferiu respaldo institucional aos egressos dos cursos superiores em Arquivologia, que, naquele momento, começavam a ingressar no mercado de trabalho.

Com base no Art. 2º da referida lei, as atribuições do arquivista compreendem:

- I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;
- II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;

- III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;
- IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;
- V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;
- VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;
- VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;
- VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;
- IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
- X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;
- XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnicoadministrativa;
- XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes (Brasil, 1978).

Embora a regulamentação de 1978 tenha representado um avanço significativo, o país ainda carecia de uma legislação abrangente que tratasse de forma sistêmica a gestão documental e a preservação de arquivos como responsabilidade do poder público. Essa lacuna foi preenchida com a promulgação da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, que instituiu a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados. Essa legislação reconheceu os arquivos como instrumentos fundamentais para a administração, a cultura, o desenvolvimento científico e a produção de provas e informações, afirmando que “É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos [...]” (Brasil, 1991).

A lei também estabeleceu definições essenciais, tais como arquivo, gestão de documentos, arquivo público e arquivo privado, e consolidou princípios arquivísticos até então dispersos na prática profissional. Ao determinar que os arquivos devem ser geridos ao longo de todo o seu ciclo de vida, a lei reforça a importância da avaliação, preservação e eliminação adequada, promovendo uma gestão responsável e orientada para o acesso.

Além dessas duas legislações estruturantes, outras normas foram promulgadas posteriormente e contribuíram para fortalecer o papel dos arquivos na administração pública e privada, bem como reforçar a importância do profissional arquivista para a garantia de direitos e a efetividade da gestão documental. Destaca-se, sobretudo, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que consolidou o acesso à informação como direito fundamental e ampliou a responsabilidade institucional sobre a organização, preservação e disponibilização dos documentos públicos. Somam-se a ela a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), que introduziu parâmetros para o tratamento seguro de dados pessoais nos arquivos; a

Lei nº 11.111/2005, que disciplinou o acesso e o sigilo de documentos públicos, e o Decreto nº 4.073/2002, que regulamentou a Política Nacional de Arquivos, reforçando mecanismos para a gestão documental e a preservação da memória administrativa. Em conjunto, essas legislações ampliam o escopo de atuação arquivística, demonstrando que os arquivos deixaram de ser apenas depósitos de documentos para se tornarem espaços estratégicos de transparência, governança, preservação e proteção de direitos.

Nesse sentido, compreender o arcabouço legal que orienta os arquivos no Brasil é essencial para reconhecer a amplitude e a complexidade das atividades exercidas pelos profissionais da área. Entretanto, para além das normas que regulamentam a profissão e estruturam a política de arquivos, é fundamental analisar como essas atribuições se materializam no cotidiano das instituições e de que forma a presença do arquivista impacta sua organização interna, seus fluxos documentais e sua eficiência administrativa. Assim, a discussão avança para a compreensão do papel do arquivista no contexto organizacional, elemento central para este estudo, que busca investigar como esse profissional é percebido, reconhecido e valorizado pelos colaboradores das instituições.

2.4 A IMPORTÂNCIA DO ARQUIVISTA NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL

A informação tornou-se um dos principais recursos estratégicos das organizações contemporâneas, orientando decisões, estruturando processos e assegurando a memória institucional. Nesse cenário, o arquivista assume um papel central ao organizar, gerenciar, preservar e disponibilizar os documentos que sustentam as atividades administrativas e a continuidade institucional. Sua atuação garante não apenas a preservação da memória organizacional, mas também a eficiência dos fluxos informacionais e a confiabilidade dos dados utilizados na gestão.

A gestão da informação arquivística envolve a classificação, a avaliação, a tramitação e o acesso aos documentos, permitindo supervisão contínua das atividades, simplificação de processos e redução de custos operacionais. Como destacam Nascimento e Flores (2008), a classificação organiza os documentos conforme as funções e atividades da instituição, enquanto a avaliação define seus prazos de guarda e destinação, assegurando que somente informações relevantes permaneçam disponíveis ao uso administrativo e histórico.

Nessa perspectiva, a gestão da informação é compreendida por Cunha (2008) como o conjunto de atividades relacionadas ao ciclo informacional (coleta, processamento, armazenamento, circulação, recuperação e uso) geralmente apoiado por sistemas

automatizados. Assim, cabe ao arquivista garantir que a informação seja tratada de forma estruturada, acessível e orientada às necessidades da instituição, potencializando seu valor enquanto ativo estratégico.

A organização da informação é um elemento fundamental nesse processo. Bräscher e Café (2008) ressaltam que estruturar, descrever e representar dados e documentos é essencial para que se tornem recuperáveis e utilizáveis, possibilitando que usuários e sistemas encontrem rapidamente o que precisam. Com isso, o arquivista contribui diretamente para a eficiência administrativa e para a tomada de decisões, sustentando processos internos com informações confiáveis e tempestivas.

Além disso, a proteção e a conservação dos documentos são essenciais para garantir sua integridade e seu uso futuro. Rousseau e Couture (1998) destacam que programas de gestão documental estruturados, os quais protegem documentos essenciais, confidenciais ou de guarda permanente, asseguram que a informação permaneça acessível, íntegra e comunicável ao longo do tempo. Essa é uma das dimensões que confere especificidade e relevância à Arquivologia dentro das políticas de gestão da informação das instituições.

A informação bem protegida e conservada segundo normas técnicas e materiais precisas pode ser facilmente comunicada. A proteção dos documentos essenciais ou confidenciais e a proteção e conservação de documentos com uma baixa frequência de utilização (documentos semiactivos) ou de carácter permanente (documentos legais ou arquivos definitivos) constituem dois elementos correntes deste tipo de programa [...] É pois através deste programa em três fases que a arquivística demonstra a sua especificidade e ocupa o seu lugar numa política de gestão da informação. (Rousseau; Couture, 1998, p.68-9).

Para que essas funções sejam realizadas de forma eficiente, McGee e Prusak (1994, *apud* Silva, 2020) propõem um modelo de gestão da informação composto por seis etapas: identificação de necessidades, coleta, classificação, desenvolvimento de produtos, disseminação e uso. O arquivista atua em todas essas etapas, convertendo dados brutos em informações confiáveis, úteis e estrategicamente aplicáveis, apoiando a tomada de decisões e promovendo transparência institucional.

A atuação do arquivista também possui uma dimensão social e cultural fundamental. Ao preservar documentos que registram decisões, atos administrativos, transformações e saberes produzidos pela instituição, o profissional contribui para a construção e manutenção da memória institucional. Esta, por sua vez, sustenta a identidade organizacional e serve como base para a compreensão de sua trajetória, missão e papel na sociedade. Grimard (*apud*

Rousseau; Couture, 1998, p.263) afirma que o arquivista é responsável por assegurar a salvaguarda da memória coletiva, preservando informações históricas e culturais que servem tanto à gestão quanto ao conhecimento da comunidade.

Nesse sentido, documentos como atas de fundação, legislações internas, organogramas, códigos de ética, relatórios históricos e registros de atividades constituem elementos essenciais da memória organizacional, conforme destacam Parrela e Nascimento (2019). A organização e preservação desses registros fortalecem o patrimônio documental e ajudam a instituição a compreender a si mesma e atuar com maior consciência histórica.

Assim, a importância do arquivista transcende a administração cotidiana dos documentos. Seu trabalho integra eficiência administrativa, preservação da memória institucional, garantia de transparência e suporte à tomada de decisões. Trata-se de um agente estratégico na proteção, organização e disseminação da informação – elementos fundamentais para a sustentabilidade organizacional e para a valorização da informação enquanto recurso central na sociedade contemporânea.

A seguir, serão apresentados os principais campos de atuação do arquivista e a diversidade de instituições nas quais sua presença é fundamental, evidenciando como a prática profissional se materializa em contextos variados e socialmente relevantes.

2.5 PANORAMA DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ARQUIVISTA

Conforme mencionado anteriormente, o arquivista é o profissional responsável por gerenciar, organizar, preservar e tornar acessíveis as informações registradas, contribuindo diretamente para a memória e para o funcionamento eficiente das instituições. Em uma sociedade cada vez mais orientada pela informação, sua atuação é indispensável para garantir o acesso seguro aos dados, promover a transparência administrativa e assegurar a preservação do patrimônio documental.

Essa atuação, contudo, não se limita a um único tipo de ambiente. O arquivista pode trabalhar em órgãos públicos, empresas privadas, organizações do terceiro setor ou ainda atuar de forma autônoma, oferecendo serviços especializados de consultoria, assessoria técnica e organização de acervos para instituições ou pessoas físicas. Cada contexto apresenta demandas e desafios específicos, exigindo do profissional flexibilidade, capacidade analítica e domínio técnico. Conforme destaca Souza (2011, p. 112), qualquer instituição produtora de informação, sejam empresas, museus, universidades, hospitais, instituições culturais ou órgãos governamentais, constitui um espaço potencial de atuação para esse profissional.

Os espaços de trabalho dos profissionais arquivistas são as empresas públicas e privadas, as instituições arquivísticas públicas e privadas, os centros de documentação e informação, as universidades e os centros de pesquisa, as filмотecas e os museus, junto com os bancos de dados e serviços de consultoria arquivística. Além disso, também se inserem as clínicas médicas e os hospitais, as instituições culturais e financeiras, as sociedades e cooperativas, os centros de ensino, os arquivos particulares e as consultorias, além dos órgãos dos poderes legislativo, executivo e judiciário, entre outros. De fato, qualquer instituição produtora de informação é um espaço de trabalho potencial para os arquivistas. (Souza, 2011, p. 112)

Dessa forma, compreende-se que o arquivista exerce um papel fundamental em diferentes esferas institucionais, adaptando suas competências às particularidades de cada ambiente. Sua presença é essencial tanto para o funcionamento interno das organizações quanto para a preservação da memória coletiva e para o fortalecimento da cidadania, uma vez que a boa gestão dos documentos possibilita transparência, continuidade administrativa e acesso à informação.

No **setor público**, historicamente o primeiro a absorver profissionais da área, a presença do arquivista se consolidou especialmente a partir da década de 1990, com a abertura de concursos voltados ao campo (SOUZA, 2011). Nesse contexto, sua atuação é estratégica para a gestão documental, a preservação da memória institucional e o cumprimento de legislações como a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). A gestão documental, conforme o Arquivo Nacional (2005, p. 100), envolve procedimentos referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento dos documentos, assegurando eficiência administrativa, legalidade e transparência. Ao organizar e garantir o acesso aos documentos governamentais, o arquivista fortalece a administração pública e contribui para a consolidação de uma cultura de transparência.

No **setor privado** – formado por empresas, indústrias, comércios e prestadoras de serviços –, o arquivista também desempenha papel estratégico. É responsável por organizar e preservar documentos e informações corporativas, tanto físicas quanto digitais, contribuindo para a eficiência operacional, a segurança da informação, a redução de custos e a conformidade legal. Roncaglio, Szvarça e Bojanoski (2004) ressaltam que o arquivista deve planejar a organização do arquivo considerando a organicidade e o ciclo de vida dos documentos, distinguindo atividades-meio e atividades-fim da instituição e preservando a ordem original. Essa atuação está integrada à gestão da informação, que assegura comunicação precisa, agilidade nos fluxos documentais e suporte à tomada de decisões. Além disso, a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) reforça a relevância desse profissional no tratamento adequado de dados pessoais, prevenindo riscos legais e reputacionais.

No **terceiro setor**, composto por organizações sem fins lucrativos, associações, fundações e ONGs, o arquivista desempenha papel igualmente importante. Essas instituições surgem para atender demandas sociais não supridas pelo Estado ou pelo mercado, produzindo grande volume documental. A gestão da informação é essencial para a transparência, a prestação de contas e o fortalecimento da credibilidade institucional. Soares (2022) destaca que o arquivista deve compreender a estrutura organizacional e os fluxos informacionais, planejando políticas de gestão documental adequadas. A Lei nº 9.790/1999, que regulamenta as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), reforça a necessidade de controle, organização e documentação das atividades, tornando o trabalho do arquivista estratégico para comprovar ações e investimentos.

Além desses três grandes setores, cresce cada vez mais a atuação do arquivista como **profissional autônomo e consultor**. Esse campo se expande tanto pela demanda de instituições de pequeno e médio porte – que não possuem equipes próprias de arquivo – quanto por pessoas físicas interessadas em organizar acervos pessoais, familiares, artísticos ou institucionais. Nesses casos, o arquivista realiza diagnósticos documentais, organiza coleções particulares, elabora políticas de gestão e preservação, orienta digitalizações, cria instrumentos de pesquisa e presta assessoria técnica para tomadas de decisão. Essa modalidade amplia a autonomia profissional e reforça o caráter interdisciplinar da Arquivologia, que dialoga com a história, a cultura, a memória, a gestão e as tecnologias da informação.

Diante desse panorama, observa-se que o arquivista desempenha funções essenciais em múltiplos contextos institucionais contribuindo para a eficiência organizacional, a transparência, a conformidade legal e a preservação da memória. Essa multiplicidade de espaços reforça a amplitude da Arquivologia e a necessidade contínua de profissionais capazes de adaptar metodologias, técnicas e instrumentos aos desafios informacionais contemporâneos.

Além disso, as transformações tecnológicas, a intensificação do volume informacional digital e as exigências legais ampliaram o escopo e a complexidade do trabalho arquivístico. Novas competências, metodologias e ferramentas tornaram-se indispensáveis, posicionando o arquivista como mediador entre sistemas digitais, instituições e usuários, integrando práticas tradicionais às demandas emergentes do ambiente digital.

Esse cenário abre caminho para compreender a expansão da Arquivologia para as tecnologias digitais, as normativas recentes e o papel do arquivista na curadoria digital e na preservação de documentos híbridos — temas que serão analisados a seguir.

2.6 TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS E NOVAS COMPETÊNCIAS NA ATUAÇÃO ARQUIVÍSTICA

A ampliação dos espaços de atuação do arquivista, discutida na seção anterior, evidencia que o exercício profissional hoje exige muito mais do que o domínio das técnicas tradicionais de gestão documental. As transformações tecnológicas e a crescente digitalização dos processos institucionais alteraram profundamente a natureza dos documentos, os fluxos informacionais e as práticas de organização, preservação e acesso. Nesse novo cenário, o arquivista precisa desenvolver competências voltadas ao ambiente digital, compreender as especificidades dos documentos eletrônicos e atuar de forma integrada com sistemas informatizados, normas técnicas e estratégias de preservação contínua. É nesse contexto que emergem temas como gestão arquivística digital, uso de SIGADs, políticas de preservação digital, curadoria digital e documentos híbridos, que redefinem e ampliam o papel desse profissional no século XXI.

A incorporação das tecnologias da informação transformou profundamente as práticas arquivísticas, ampliando o campo de atuação do arquivista e exigindo o domínio de novas competências. A passagem do suporte físico para o digital modificou não apenas os métodos de organização e preservação documental, mas também o próprio modo como a informação é produzida, difundida e acessada. Nesse processo de transição, o arquivista deixou de atuar exclusivamente como guardião de documentos físicos para assumir funções mais complexas, relacionadas à gestão de sistemas eletrônicos, ao tratamento de objetos digitais e à mediação entre ambientes tecnológicos e usuários.

O avanço das tecnologias computacionais e a disseminação de ferramentas digitais impulsionaram o surgimento e a consolidação dos documentos eletrônicos, demandando a reformulação de conceitos e a ampliação do arcabouço teórico da Arquivologia. Como observa Souza (2011, p. 76), se antes o perfil do arquivista estava associado predominantemente a funções técnicas e à guarda da informação, hoje espera-se que esse profissional domine tecnologias da informação e desempenhe papel ativo na disseminação, organização e disponibilização de conteúdos digitais.

Erthal (2005) destaca que a incorporação de novas tecnologias permite automatizar procedimentos arquivísticos, trazendo benefícios significativos para a gestão administrativa, o armazenamento, a transferência, a avaliação e o descarte de documentos. Contudo, tais transformações exigem adaptação contínua do arquivista, que precisa desenvolver familiaridade com ambientes informatizados e com a lógica própria dos documentos digitais. Krause *et al.* (2005) reforçam que a gestão moderna da informação exige a compreensão de

novos suportes, fluxos e métodos, posicionando o arquivista como mediador capaz de integrar ferramentas tecnológicas ao seu trabalho cotidiano.

Nesse contexto, os Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGADs) assumem papel central. Segundo o Conselho Nacional de Arquivos (2011), esses sistemas devem garantir a captura, classificação, organização, descrição, controle de acesso, preservação, eliminação e recolhimento de documentos digitais ao longo de todo o seu ciclo de vida, assegurando sua autenticidade, integridade e acessibilidade. Para orientar sua implantação, a Resolução CONARQ nº 50/2022 estabeleceu o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil, versão 2), que define parâmetros técnicos, metadados e procedimentos necessários ao tratamento seguro e confiável de documentos digitais, substituindo as resoluções anteriores (BRASIL, 2022).

A preservação digital também passou a ser objeto de normas e políticas específicas. A Portaria nº 16/2017 do Arquivo Nacional oficializou a Política de Preservação Digital 2.0, estabelecendo diretrizes para o recebimento, armazenamento, preservação e acesso duradouro a documentos arquivísticos digitais. Essa política reforça o compromisso institucional com a manutenção a longo prazo da informação digital, alinhando-se às exigências legais e às boas práticas internacionais de preservação.

Essas transformações abrem caminho para a discussão sobre curadoria digital, entendida como o conjunto de ações destinado a gerenciar e preservar dados e documentos digitais ao longo do tempo, desde sua criação até sua reutilização futura. Segundo Abbot (2008), a curadoria digital envolve planejamento, gestão, documentação, preservação e acesso contínuo, assegurando que objetos digitais se mantenham compreensíveis, íntegros e utilizáveis. Conforme o Digital Curation Centre, esse processo é contínuo e abrange todas as etapas do ciclo de vida da informação, envolvendo ações de avaliação, tratamento, armazenamento, descrição, segurança e disponibilização.

Nesse cenário, o arquivista amplia seu papel tradicional, atuando como mediador entre diferentes áreas e equipes multiprofissionais, planejando estratégias de preservação digital, gerenciando metadados e garantindo a autenticidade, integridade e rastreabilidade dos objetos digitais. Como afirmam Tibbo e Lee (2012, *apud* Araújo; Finamor, 2017), o arquivista se torna responsável por integrar disciplinas, tecnologias e níveis hierárquicos, assegurando a preservação a longo prazo do patrimônio informacional digital. Araújo e Finamor (2017) acrescentam que esse profissional precisa dominar competências como criação e edição de objetos digitais, digitalização, elaboração de metadados, gestão de repositórios e implementação de estratégias de preservação.

Entre essas competências, destaca-se a digitalização, fundamental para a criação de documentos híbridos, que integram de forma indivisível elementos físicos e digitais. De acordo com o Governo do Estado de São Paulo (2019), o documento híbrido reúne partes digitais e partes em suporte físico, mesmo quando seu processo de criação se inicia em papel e posteriormente migra para o meio eletrônico. A adoção desses suportes é regulamentada pelo Decreto nº 10.278/2020, que estabelece requisitos técnicos para a digitalização e atribui valor legal aos documentos digitalizados, desde que sejam assegurados integridade, fidelidade, legibilidade, autenticidade e rastreabilidade. O decreto também determina que documentos de valor histórico devem ser preservados em meio físico, reforçando a necessidade de equilibrar práticas digitais com a preservação de originais cuja eliminação é vedada.

Dessa forma, a curadoria digital e a preservação em suportes híbridos garantem não apenas a continuidade do acesso às informações, mas também sua integridade, autenticidade e reutilização ao longo do tempo. O arquivista assume, portanto, papel central nesse cenário, articulando tecnologias, normas e princípios arquivísticos para promover uma gestão documental segura, eficiente e sustentável, preservando o patrimônio cultural, científico e governamental diante das rápidas transformações tecnológicas.

Diante dessas transformações, que atravessam desde os fundamentos clássicos da Arquivologia até as novas competências exigidas pelo ambiente digital, torna-se evidente que a atuação do arquivista hoje se caracteriza por uma combinação de responsabilidades técnicas, tecnológicas, administrativas e estratégicas. O percurso teórico apresentado ao longo desta seção demonstrou que a profissão se consolidou historicamente, diversificou seus espaços de trabalho, ampliou suas atribuições legais e incorporou práticas digitais que redefinem seu papel nas instituições contemporâneas. Compreender esse cenário é essencial para analisar como o arquivista é percebido no cotidiano organizacional, especialmente no que diz respeito ao seu reconhecimento profissional, às suas atribuições e ao impacto de suas ações nos processos institucionais.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Metodologicamente, esta pesquisa caracteriza-se como de natureza exploratória e descritiva, voltada a compreender as percepções e representações que os colaboradores possuem sobre a atuação do arquivista no ambiente institucional. Esta abordagem foi escolhida para possibilitar uma análise mais aprofundada da importância do trabalho arquivista. Segundo Gil (2007, p. 41), a pesquisa exploratória “[...] tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. O autor ainda acrescenta que a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever características de uma população ou fenômeno e estabelecer relações entre variáveis, destacando-se pelo uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observação sistemática.

A pesquisa é de natureza qualitativa, pois, conforme Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), “[...] preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Segundo as autoras, esse tipo de pesquisa baseia-se na objetivação do fenômeno, no rigor metodológico, no respeito às especificidades do mundo social e na rejeição de um modelo único de pesquisa. Esta abordagem foi escolhida porque é a mais adequada para compreender as percepções dos colaboradores. No entanto, também são utilizados dados quantitativos descritivos, como apoio, a partir dos questionários e gráficos, para reforçar a análise interpretativa.

Além da pesquisa bibliográfica e documental, que fundamenta as discussões teóricas acerca da profissão do arquivista e de suas atribuições, foi realizada uma pesquisa de campo, com aplicação de questionários, conforme o modelo no Apêndice A, aos colaboradores das instituições participantes, inicialmente distribuídos por meio dos grupos institucionais de WhatsApp. Em razão da baixa taxa de retorno, solicitou-se formalmente o apoio dos coordenadores das instituições para a mediação e ampliação da divulgação do instrumento de coleta de dados. A pesquisa de campo foi conduzida no período de outubro de 2025 a fevereiro de 2026. As respostas foram sistematizadas e organizadas em categorias de análise, permitindo a interpretação dos dados à luz do referencial teórico e das atribuições regulamentadas da profissão.

Por fim, os resultados obtidos foram discutidos de modo a evidenciar as lacunas de reconhecimento identificadas e propor estratégias que ampliem a visibilidade e a valorização da profissão no ambiente institucional. Assim, pretende-se não apenas compreender a percepção existente, mas também estimular reflexões sobre o papel do arquivista como agente estratégico de gestão, memória e cidadania.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Esta seção tem como objetivo apresentar e analisar os dados obtidos por meio do questionário aplicado aos participantes da pesquisa. A análise dos dados constitui uma etapa fundamental do trabalho, pois possibilita a interpretação das informações coletadas, permitindo compreender a realidade investigada e relacioná-la aos objetivos propostos e ao referencial teórico adotado.

Os participantes do estudo pertencem a duas instituições públicas estaduais da Paraíba: a Agência de Regulação do Estado da Paraíba (ARPB) e a Fundação Casa de José Américo (FCJA). A escolha dessas instituições justifica-se não apenas pela relevância de suas atuações no âmbito da administração pública estadual, mas também pelo fato de ambas contarem com a presença de arquivistas. Entretanto, embora compartilhem essa característica, as instituições diferenciam-se quanto ao enfoque atribuído à atuação arquivística. Enquanto uma está voltada predominantemente para funções administrativas e regulatórias, a outra possui um caráter cultural e memorial, o que implica distintas formas de compreender, aplicar e valorizar a profissão de arquivista.

A ARPB é uma autarquia estadual dotada de autonomia administrativa, financeira e decisória. Sua atuação está voltada para a regulação, fiscalização e normatização dos serviços públicos concedidos, permitidos ou autorizados pelo Estado, visando assegurar a qualidade, eficiência, segurança e a modicidade tarifária desses serviços, em defesa do interesse público. Ela conta com um quadro funcional diversificado, composto por dirigentes, gestores, servidores técnicos e analistas de diferentes áreas, servidores administrativos, além de equipes de assessoria, ouvidoria e atendimento ao público.

Já a FCJA é uma instituição pública estadual de caráter cultural, também vinculada ao Governo do Estado da Paraíba. Sua finalidade principal é a preservação, pesquisa e divulgação do patrimônio histórico, literário e cultural, com ênfase na obra e na memória de José Américo de Almeida. A instituição reúne profissionais de diferentes áreas, como gestores, servidores administrativos, bibliotecários, arquivistas, historiadores, museólogos, pesquisadores, técnicos em conservação, educadores culturais, além de equipes de apoio, que atuam na manutenção do acervo e no desenvolvimento das atividades culturais e educativas.

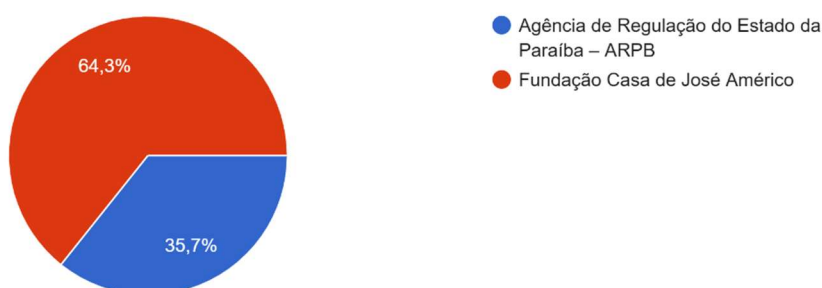
Dessa forma, a análise dos dados coletados junto aos servidores dessas instituições permitirá identificar percepções, práticas e características relacionadas ao objeto de estudo, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do tema pesquisado. Os resultados estão

apresentados de forma organizada, por meio de gráficos, seguidos de análise interpretativa e buscando responder aos objetivos da pesquisa.

Foram coletadas 14 (quatorze) respostas das duas instituições, 9 (nove) respondentes da FCJA e 5 (cinco) da ARPB, como mostra o Gráfico 1. O formulário continha 18 (dezoito) questões, entre abertas e fechadas, algumas com espaço para justificativa, possibilitando a coleta de dados objetivos e subjetivos.

Gráfico 1 – Nome da Instituição

1. Qual o nome da Instituição que você trabalha?
14 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Como podemos ver, os participantes deste questionário são compostos por colaboradores de duas instituições públicas do Estado da Paraíba, com maior concentração de respondentes da Fundação Casa de José Américo em comparação com a Agência de Regulação do Estado da Paraíba.

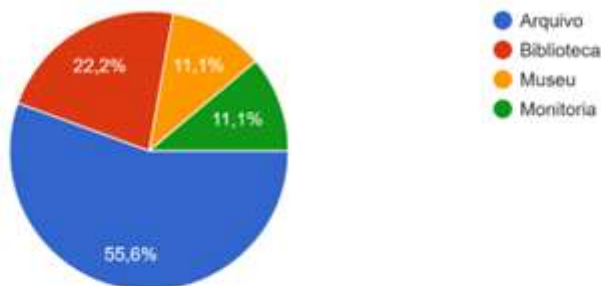
A maior participação de respondentes da FCJA pode revelar um contexto institucional em que as atividades arquivísticas estão diretamente associadas à preservação da memória e à organização de acervos, o que tende a favorecer maior reconhecimento da atuação do arquivista, enquanto a presença da ARPB amplia a análise ao incluir um ambiente administrativo e regulatório, no qual o arquivista é percebido como apoio à gestão e à eficiência institucional. Embora a percepção sobre o arquivista varie conforme o perfil da instituição, sua relevância organizacional se mantém em diferentes contextos.

A questão seguinte teve como objetivo identificar o setor de atuação dos respondentes, de modo a traçar um panorama do perfil institucional dos participantes da pesquisa, conforme apresentado no Gráfico 2, a seguir.

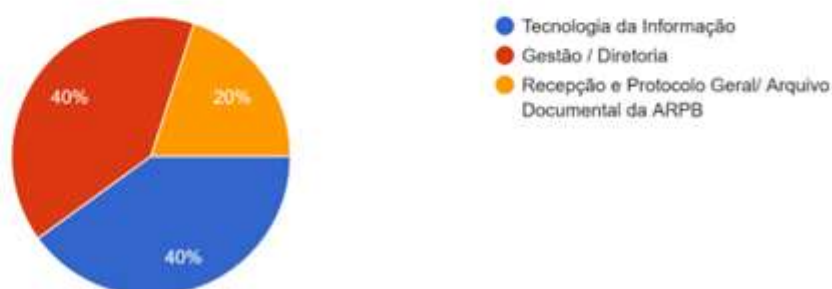
Gráfico 2 – Setor de trabalho

2. Qual é o seu setor de trabalho na instituição?

9 respostas



5 respostas

**Fonte:** Dados da pesquisa (2025)

Na FCJA, observou-se que a maioria dos colaboradores apresenta um perfil técnico-cultural e patrimonial, concentrados no Arquivo e com forte presença na Biblioteca e no Museu. Trata-se de uma equipe especializada, voltada à preservação, organização e difusão do patrimônio documental, com maior consciência do caráter técnico-científico do trabalho arquivístico. Contudo, cabe ressaltar que nenhum respondente era formado em Arquivologia, apesar de alguns trabalharem no setor de Arquivo.

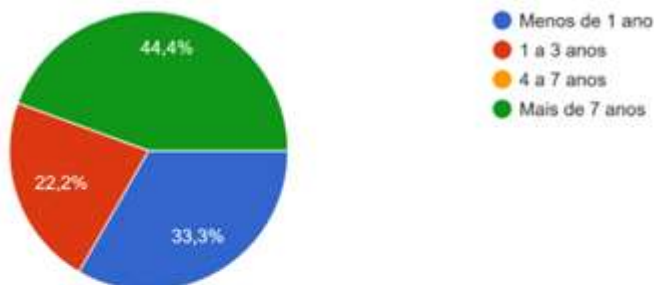
Já o perfil dos colaboradores da ARPB é majoritariamente técnico-administrativo, voltado à gestão, à tomada de decisão e ao uso de sistemas informacionais. A presença equilibrada de profissionais de TI e da Gestão/Diretoria reflete um ambiente marcado por normas e controle regulatório. Já os setores de Recepção e Protocolo/Arquivo atuam de forma mais operacional, ligados ao trâmite e à guarda documental, com menor participação nos níveis estratégicos.

Na terceira questão, podemos identificar a média do tempo de trabalho dos colaboradores respondentes em cada instituição, conforme o Gráfico 3.

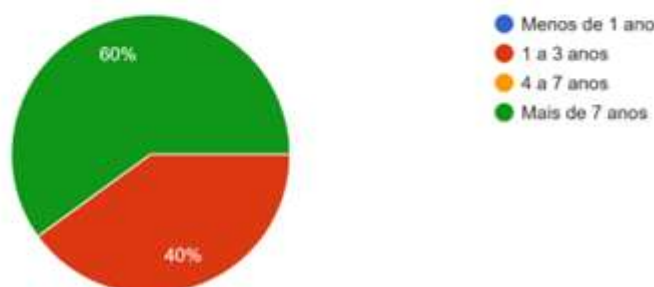
Gráfico 3 – Tempo de Atuação

3. Há quanto tempo trabalha na instituição?

9 respostas



5 respostas

**Fonte:** Dados da pesquisa (2025)

O tempo de atuação na instituição influencia diretamente a forma como os colaboradores percebem o reconhecimento, as atribuições e o impacto organizacional do arquivista. Aqueles com maior tempo de vínculo tendem a apresentar percepções mais consistentes e comparativas, fundamentadas na experiência acumulada e na observação de mudanças ao longo do tempo. Já os colaboradores mais recentes constroem suas percepções a partir do contexto atual, geralmente sem referências a processos anteriores.

Nesse sentido, a FCJA apresenta um equilíbrio entre experiência consolidada e renovação do quadro funcional, enquanto a ARPB revela uma estrutura mais estável e técnica, com menor rotatividade. Essas diferenças indicam que o tempo de permanência não é apenas um dado quantitativo, mas reflete modelos de gestão, finalidades institucionais e formas distintas de organização do trabalho.

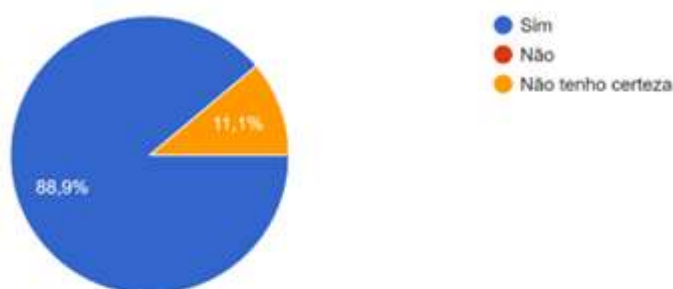
Os resultados apontam, para um maior nível de maturidade institucional, nos quais há maior possibilidade de reconhecimento do arquivista por parte dos colaboradores mais antigos. Já os mais recentes podem demonstrar curiosidade e disposição para aprender sobre a função do arquivista, especialmente quando a instituição oferece orientação ou capacitação sobre suas atividades.

Na quarta questão, representada pelo Gráfico 4, buscamos investigar o contato prático dos colaboradores com Arquivologia e gestão documental, avaliando sua familiaridade com o tema, já que isso influencia a percepção sobre o arquivista na instituição.

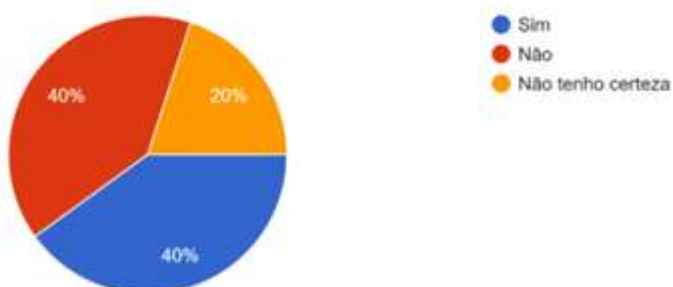
Gráfico 4 – Contato Profissional

4. Você já teve contato profissional com arquivos, documentos ou sistemas de gestão documental?

9 respostas



5 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

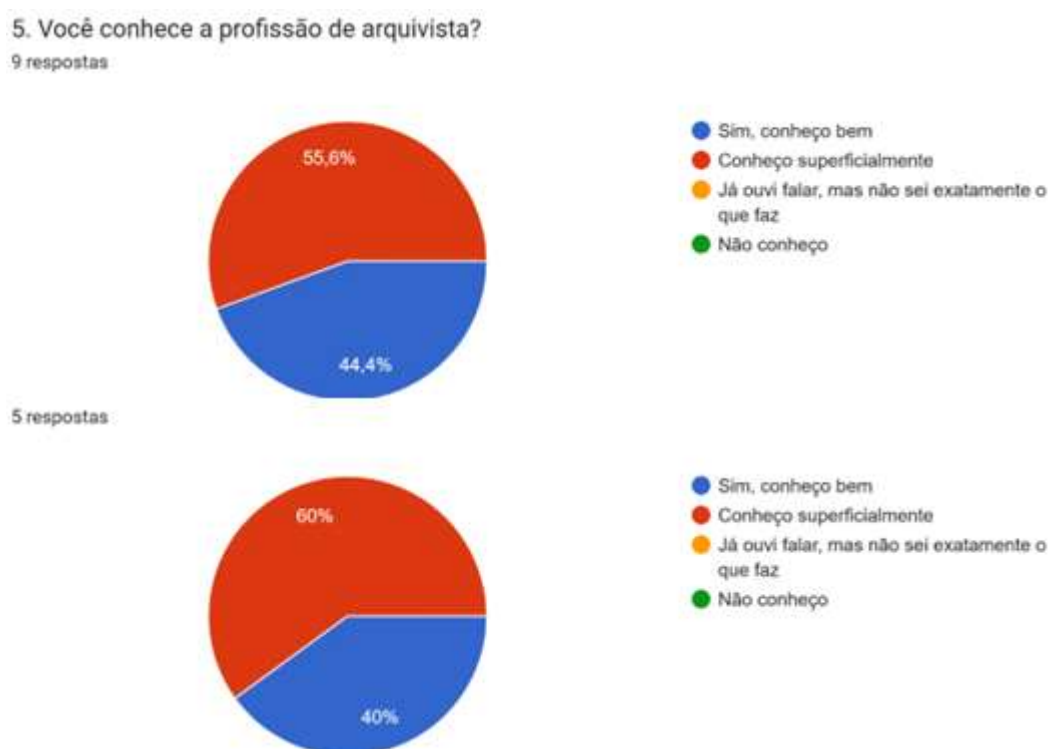
Na FCJA, observa-se uma percepção amplamente consolidada quanto ao contato profissional com arquivos e documentos. A maioria expressiva de respostas afirmativas indica que as atividades dos colaboradores estão relacionadas, direta ou indiretamente, ao uso e à consulta de documentos e sistemas documentais, evidenciando a integração dessas práticas às rotinas institucionais. A presença de respostas de incerteza sugere a falta de clareza sobre as atividades dos arquivistas.

Na ARPB, os resultados revelam uma percepção mais heterogênea. A distribuição equilibrada entre respostas afirmativas e negativas, somada à parcela de incerteza, indica que o contato com arquivos e documentos não ocorre de forma uniforme, possivelmente em razão da segmentação das atividades internas. Além disso, a incerteza ou negativa podem refletir uma compreensão limitada sobre o que caracteriza o contato profissional com arquivos ou sistemas de gestão documental.

De forma comparativa, observa-se que o contexto institucional influencia diretamente a percepção dos colaboradores sobre o uso e a relevância dos documentos nas rotinas de trabalho. Enquanto em uma instituição as práticas documentais estão mais integradas e reconhecidas, na outra elas se mostram menos evidentes e restritas a setores específicos, impactando a relação dos colaboradores com a informação, os processos administrativos e a memória institucional.

A quinta questão buscou, conforme o Gráfico 5, entender o quanto os respondentes conhecem a profissão de arquivista, verificando se possuem um conhecimento aprofundado, superficial ou se não têm familiaridade com a área, para compreender a percepção geral sobre essa atuação profissional.

Gráfico 5 – Conhecimento da Profissão



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Na FCJA, percebe-se que os colaboradores demonstram certa familiaridade com a profissão de arquivista, porém majoritariamente superficial. Embora quase metade dos respondentes afirme conhecer bem a profissão, a maioria apresenta um entendimento limitado sobre as atribuições do arquivista. Esse resultado indica que, mesmo em um contexto em que os arquivos são centrais para a missão institucional, o papel técnico e estratégico do arquivista nem sempre é plenamente reconhecido ou compreendido em sua totalidade.

Na ARPB, o cenário é bastante semelhante. A maioria dos colaboradores conhece a profissão de forma superficial, e poucos demonstram compreensão mais aprofundada. Assim, a atuação do arquivista é vista principalmente como funcional, ligada à organização documental e ao apoio administrativo, sem reconhecimento claro de sua contribuição estratégica para a gestão da informação, a tomada de decisão e a segurança institucional.

A comparação entre as duas instituições evidencia uma percepção convergente: o arquivista é conhecido, mas não plenamente compreendido. Predomina um conhecimento superficial, indicando a necessidade de maior visibilidade e valorização da profissão, independentemente da natureza institucional. Mesmo em contextos em que a documentação é essencial, o entendimento sobre suas atribuições, competências e impacto organizacional permanece limitado.

Diante desse cenário, em que o arquivista é reconhecido, mas ainda compreendido de forma limitada, torna-se pertinente analisar como os colaboradores sintetizam sua percepção sobre a profissão. Assim, a sexta questão **“Em uma frase, como você descreveria o trabalho do arquivista?”** busca revelar, de maneira direta e espontânea, os significados atribuídos a esse profissional, permitindo identificar se sua atuação é percebida apenas sob uma perspectiva operacional ou também em seu caráter técnico, estratégico e institucional.

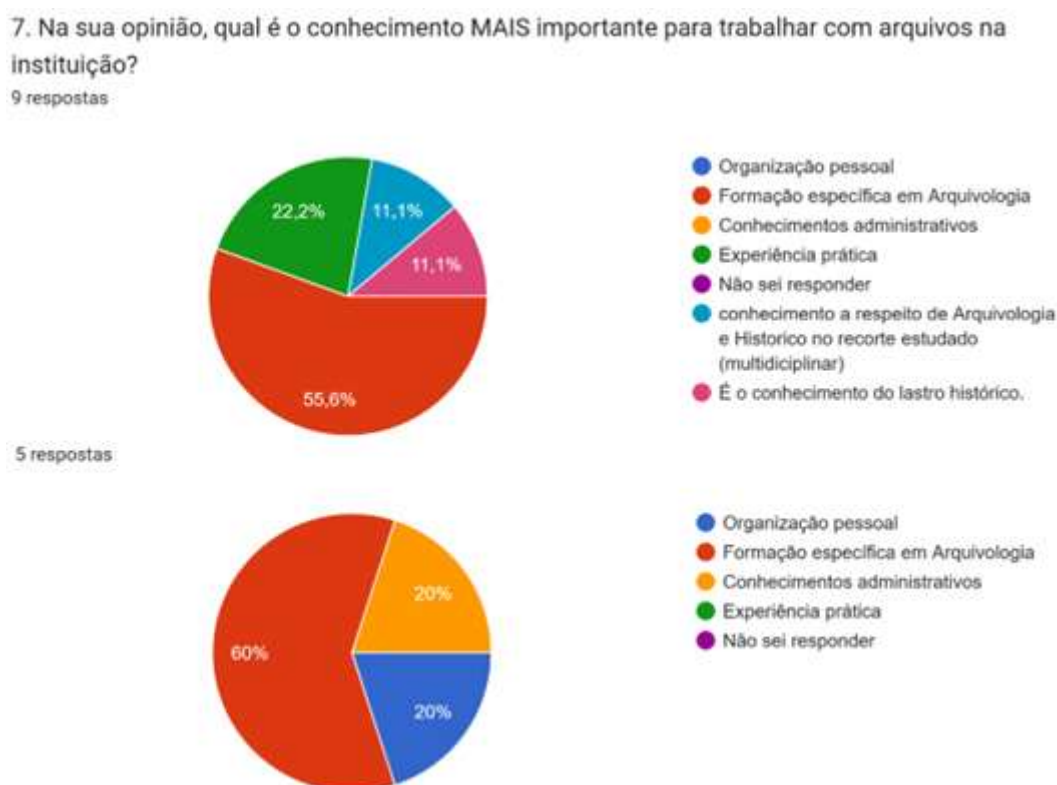
Na FCJA, a partir das respostas percebeu-se que os colaboradores associam a atuação profissional à gestão do ciclo de vida dos documentos, à organização, classificação, preservação e proteção documental, bem como à produção de conhecimento. Expressões como *“desde o nascimento até o descarte ou guarda permanente”*, *“fontes de informação necessárias para a produção de novos conhecimentos”* e *“detalhado, organizado e bastante complexo”* evidenciam um entendimento mais técnico e aprofundado da Arquivologia. Além disso, adjetivos valorativos como *“maravilhoso”*, *“excelente”*, *“fundamental”* e *“essencial”* indicam reconhecimento simbólico e institucional do arquivista, possivelmente influenciado pela convivência direta com práticas de preservação da memória e do patrimônio documental.

Já na ARPB, as respostas apresentaram uma visão mais funcional e pragmática do trabalho do arquivista. Destacam-se aspectos como a organização documental, o acesso confiável à informação e o cuidado no arquivamento, reforçando a ideia do arquivista como um profissional essencial para garantir eficiência administrativa e segurança informacional. Embora as respostas sejam mais sucintas e menos técnicas, termos como *“essencial”* e *“de suma importância”* revelam reconhecimento da relevância do arquivista para o funcionamento institucional.

De forma comparativa, pode-se afirmar que, independentemente da natureza da instituição, o arquivista é reconhecido como um profissional estratégico. Essa percepção pode ser compreendida a partir do papel desempenhado na gestão da informação, envolvendo processos como organização, armazenamento, recuperação e uso no contexto organizacional. Nesse sentido, a gestão da informação constitui um elemento fundamental para o funcionamento das instituições, conforme destaca Cunha (2008), o que reforça o posicionamento estratégico identificado nas respostas dos participantes. As evidências apontam que sua atuação impacta positivamente tanto na preservação da memória institucional quanto na organização e no acesso à informação, consolidando seu papel na eficiência organizacional, na transparência e na gestão informacional.

A sétima questão, por meio do Gráfico 6, revelou quais conhecimentos os respondentes consideram mais importantes para trabalhar com arquivos, destacando a valorização da formação em Arquivologia em relação a outros saberes práticos ou administrativos.

Gráfico 6 – Conhecimento mais importante



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Na FCJA, a maioria dos respondentes reconhece a formação em Arquivologia como o conhecimento mais relevante para a atuação profissional, evidenciando a valorização da

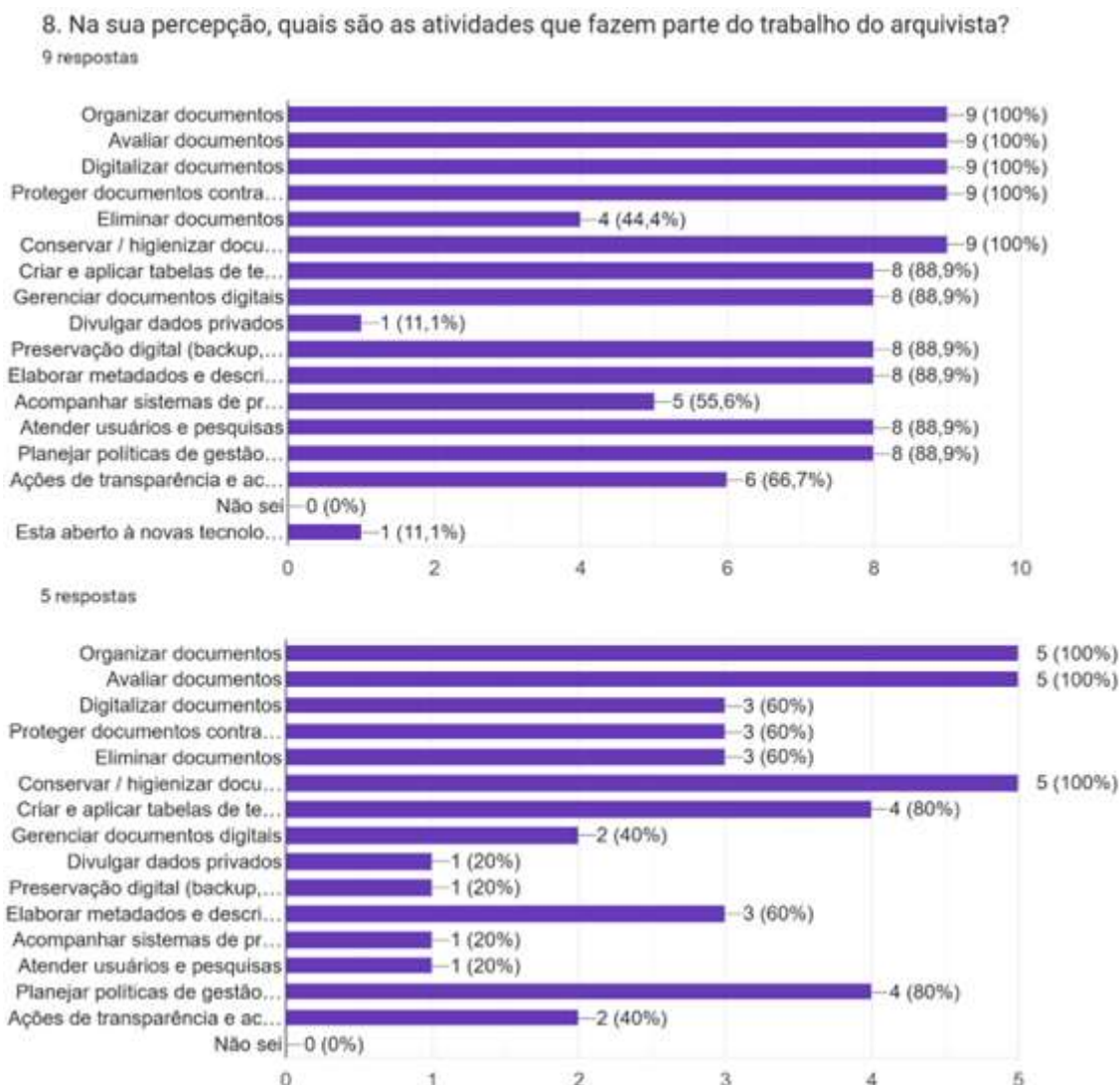
especialização. No entanto, chama atenção o fato de que uma parcela significativa prioriza saberes históricos, multidisciplinares e práticos. Embora essenciais, esses conhecimentos devem ser compreendidos como complementares, pois é na formação em Arquivologia que todas as atividades da prática arquivística são articuladas de forma sistemática, garantindo sua aplicação adequada. Tal resultado pode estar relacionado ao perfil institucional.

Na ARPB, a formação em Arquivologia também é apontada como central, mesmo em um contexto predominantemente administrativo. No entanto, sobressaem competências operacionais, como organização pessoal e conhecimentos administrativos, revelando uma percepção do arquivo voltada ao apoio à gestão. Esse resultado pode indicar uma percepção da atuação arquivística mais associada às rotinas administrativas do que suas funções estratégicas, sociais e de preservação da memória institucional, o que pode indicar uma compreensão parcial do escopo da profissão.

De forma comparativa, observa-se que ambas as instituições reconhecem a formação em Arquivologia como elemento fundamental para o trabalho com arquivos, embora com ênfases distintas. Na FCJA, além da formação arquivística, ganham destaque os conhecimentos históricos e multidisciplinares, em consonância com o perfil institucional. Já na ARPB, sobressaem habilidades como a organização pessoal e os conhecimentos administrativos, evidenciando uma compreensão da atuação arquivística fortemente associada ao apoio às rotinas administrativas.

Essas diferenças sugerem que a compreensão sobre o papel do arquivista pode ser influenciada pelas características e demandas de cada contexto organizacional.

Na oitava questão, Gráfico 7, podemos analisar como os respondentes definem o escopo das atribuições arquivísticas em cada instituição, identificando quais atividades fazem parte da atuação do arquivista.

Gráfico 7 – Atividades do arquivista

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A partir das respostas obtidas de como os colaboradores das duas instituições compreendem o papel do arquivista, em ambas o arquivista é associado principalmente à organização, avaliação, conservação, higienização e digitalização de documentos, bem como a atividades de gestão documental, como o uso de tabelas de temporalidade e a descrição arquivística. Nesse conjunto de atribuições, destaca-se a menção à atividade de eliminar documentos, que indica o reconhecimento do arquivista como agente do ciclo de vida documental e da gestão eficiente da informação. Ao mesmo tempo, essa associação pode revelar uma compreensão simplificada da eliminação, que na prática é uma atividade técnica, normativa e baseada em critérios legais e instrumentos específicos.

As diferenças de percepção tornam-se mais evidentes quando se observa o contexto institucional. Na FCJA, a compreensão sobre o trabalho do arquivista é mais ampla, incluindo

preservação e gestão de documentos digitais, atendimento ao público, apoio à pesquisa e ações de transparência, em consonância com seu perfil voltado à memória e ao acesso à informação, no qual a preservação tende a se sobrepor ao descarte. Já na Agência de Regulação do Estado da Paraíba, a percepção é mais restrita e operacional, concentrando-se nas atividades técnicas, o que torna o descarte documental mais visível no cotidiano administrativo e menos associadas às funções estratégicas e tecnológicas do arquivista.

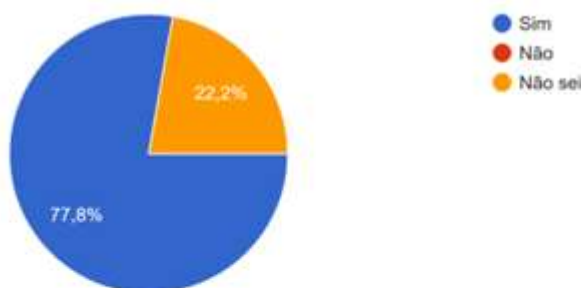
De modo geral, a ausência da opção “Não sei” indica que os colaboradores possuem ao menos uma noção básica sobre a atuação do arquivista. Ainda assim, a associação, embora pouco frequente, à “divulgação de dados privados” evidencia a necessidade de maior esclarecimento sobre o papel ético e legal do profissional.

Na nona questão obtemos a opinião dos respondentes sobre a participação do arquivista nas atividades estratégicas da instituição e seu reconhecimento como profissional que contribui para a gestão da informação e os objetivos organizacionais, conforme o Gráfico 8..

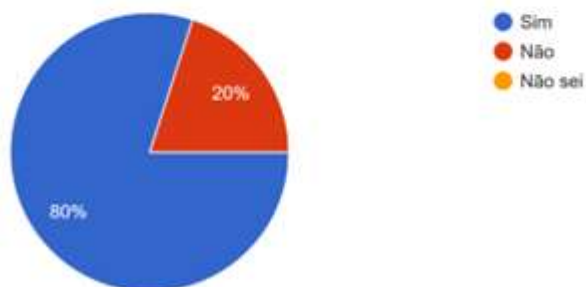
Gráfico 8 – Participação na instituição

9. Você considera que o arquivista deve participar das atividades estratégicas da instituição?

9 respostas



5 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Das respostas observou-se que o arquivista é reconhecido como um profissional com potencial estratégico, sobretudo pelo domínio técnico e pela capacidade de organizar,

sistematizar e direcionar a informação institucional, entendida como recurso estratégico para a tomada de decisão. Contudo, emergem tensões quanto ao reconhecimento profissional.

Na FCJA, observa-se que há reconhecimento do conhecimento técnico do arquivista porém existe uma percepção ambígua e limitada quanto à sua relevância estratégica. A frequência de respostas “não sei” e o comentário de um respondente sobre a baixa importância atribuída pela direção indicam que, especialmente por parte da gestão, o profissional ainda é visto de forma restrita, com atuação predominantemente associada ao nível operacional e pouco integrada aos processos de planejamento estratégico da instituição.

Na ARPB, predomina uma compreensão consolidada do arquivista como agente estratégico, com atuação relevante na gestão documental, na governança, no compliance, na gestão de riscos e no apoio à tomada de decisão. Contudo, algumas respostas ainda revelam uma visão mais tradicional, que limita o profissional a funções técnicas e operacionais.

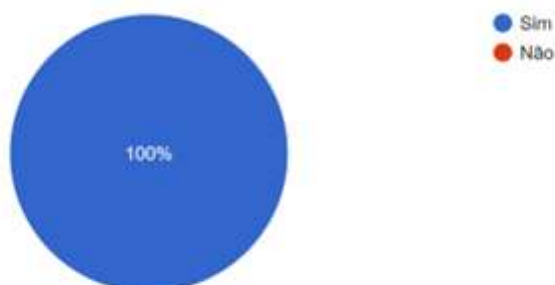
Assim, a análise mostra que, apesar de uma percepção majoritariamente favorável, o reconhecimento pleno do arquivista como agente estratégico ainda está em construção, reforçando a necessidade de ampliar a visibilidade de sua contribuição para o planejamento, a governança e a tomada de decisão nas instituições públicas.

A décima questão, no Gráfico 9, avaliou se os participantes já receberam orientações de arquivistas sobre organização, classificação ou uso de documentos, indicando o contato com as práticas arquivísticas no ambiente de trabalho.

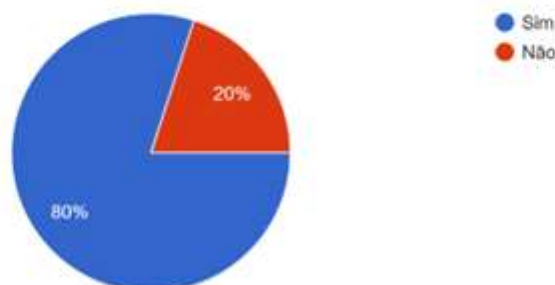
Gráfico 9 – Orientação de arquivista

10. Você já recebeu orientações de arquivista(s) sobre organização, classificação ou uso de documentos?

9 respostas



5 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Na FCJA observou-se que todos os respondentes já receberam orientações de arquivistas, seus comentários indicam uma percepção amplamente positiva das orientações arquivísticas. Os colaboradores destacam o aprendizado proporcionado, a melhoria na organização dos documentos e a compreensão da preservação da memória institucional, tanto em meio físico quanto digital. Também é ressaltado o apoio às atividades de profissionais de outras áreas, evidenciando o caráter transversal da atuação do arquivista. As avaliações variam entre “ótima”, “muito boa” e “necessária”, com uma menção a experiência “razoável”, indicando possibilidade de aprimoramento, mas sem comprometer o reconhecimento da importância do arquivista.

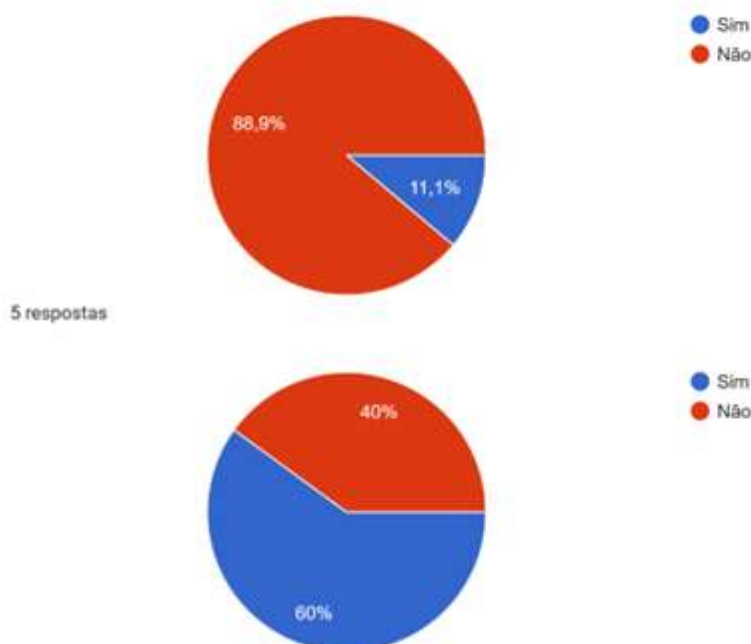
Na ARPB a maioria dos respondentes já recebeu orientações de arquivistas, mas ainda há quem não tenha tido esse contato, indicando espaço para ampliar o suporte. Seus comentários revelam reconhecimento da importância do Arquivo e do arquivista para a organização, preservação e responsabilidade documental. Os colaboradores apontam ganho de conhecimento e melhor compreensão do papel estratégico do Arquivo. Contudo, há o registro de que algumas orientações foram percebidas como superficiais, indicando a necessidade de ações mais contínuas e aprofundadas para ampliar seu impacto institucional.

Em ambas as instituições, a orientação de arquivistas reforça a importância estratégica do Arquivo, valoriza a gestão documental e a eficiência, e fortalece a cultura arquivística, apontando espaço para aprimoramento contínuo.

A décima primeira questão buscou-se identificar se há dificuldades no acesso, uso ou armazenamento de documentos nos setores em que os respondentes atuam, de acordo com o Gráfico 10, a seguir.

Gráfico 10 – Dificuldades no setor

11. Há dificuldades relacionadas ao acesso, uso ou armazenamento de documentos em seu setor?
9 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Na FCJA, observou-se que a maioria dos respondentes não relata dificuldades no acesso, uso ou armazenamento de documentos, indicando percepção geral positiva sobre a gestão documental. Contudo, a resposta afirmativa, associada comentário de um dos respondentes ao “*espaço físico inadequado da biblioteca*”, revela uma fragilidade pontual que pode impactar a preservação e o acesso ao acervo, especialmente em uma instituição com forte vínculo à memória, cultura e patrimônio documental.

Já na ARPB, o cenário mostrou-se significativamente diferente. A maioria dos respondentes declarou enfrentar dificuldades, enquanto parte deles afirmou não ter problemas. Os comentários dos respondentes reforçam essa percepção ao destacar questões recorrentes como falta de espaço físico, ausência de ambiente apropriado e inexistência de instrumentos de

apoio, além de problemas diretamente relacionados ao armazenamento documental. Esses relatos revelam uma realidade mais crítica, na qual a gestão de documentos parece carecer de infraestrutura adequada e de práticas técnicas consolidadas.

Nesse contexto, a Fundação ligada à memória e cultura, apresenta percepção positiva com alguns desafios pontuais, enquanto a Agência com foco técnico-regulatório, enfrenta problemas mais recorrentes, evidenciando falhas na organização arquivística que afetam o acesso à informação, a eficiência administrativa e a segurança documental.

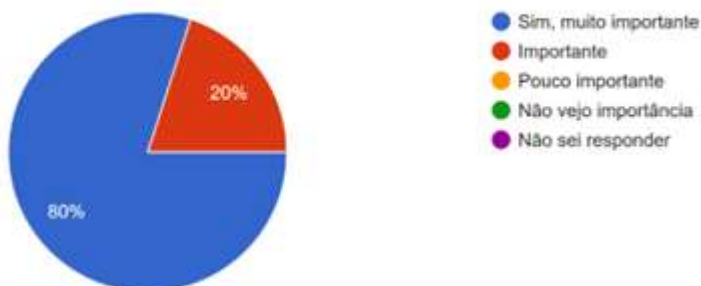
No Gráfico 11, apresenta-se décima segunda questão que buscou-se compreender a percepção dos respondentes sobre a relevância do trabalho do arquivista para o funcionamento institucional.

Gráfico 11 – Importância do trabalho

12. Você considera o trabalho do arquivista importante para o funcionamento institucional?
9 respostas



5 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Na Fundação Casa de José Américo, observa-se que todas as respostas reconhecem o arquivista como essencial. A unanimidade na opção “*muito importante*” demonstra valorização de suas atribuições e a percepção de seu papel estratégico na preservação da memória, na organização documental e no acesso à informação.

Já na Agência de Regulação do Estado da Paraíba, o reconhecimento é elevado, mas com variação de intensidade: a maioria considera o trabalho do arquivista “*muito importante*”,

e uma parcela, “*importante*”. Isso pode sugerir que o arquivista é visto sobretudo como apoio à gestão, essencial à organização e à segurança da informação, embora nem sempre associado diretamente às atividades-fim da instituição.

De modo geral, os dados indicam uma percepção positiva sobre a importância do arquivista. As diferenças entre as instituições sugerem que o reconhecimento pode variar conforme a natureza da organização e a visibilidade de suas funções no cotidiano de trabalho.

A décima terceira questão, no Gráfico 12, investigamos a percepção dos respondentes sobre a valorização do arquivista na instituição, buscando identificar o nível de reconhecimento atribuído a esse profissional no contexto organizacional.

Gráfico 12 – Valorização na instituição



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Na FCJA, observou-se que as respostas e comentários dos colaboradores associam o arquivista à preservação da memória institucional e à organização dos acervos, reconhecendo sua relevância técnica e simbólica. Contudo, os comentários indicam que esse reconhecimento nem sempre se traduz em valorização efetiva, pois o trabalho arquivístico é pouco visível e compreendido, o que limita sua atuação estratégica na instituição.

Na ARPB, a partir dos dados e comentários de respondentes mostrou-se que a valorização do arquivista é limitada e depende do conhecimento do gestor sobre sua função e

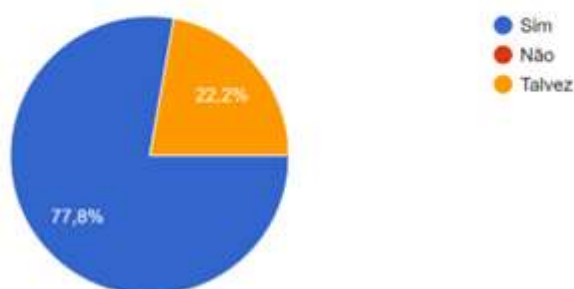
do contexto organizacional, atualmente em transição com foco em prioridades urgentes. Apesar de seu papel essencial na organização e preservação de documentos, há desconhecimento generalizado da função entre os funcionários, resultando em armazenamento inadequado e comprometendo a conservação e o valor documental para fins legais, jurídicos e administrativos. Assim, a valorização é parcial e condicionada.

Portanto, em ambas as instituições, não há uma unanimidade quanto a valorização do arquivista na instituição.

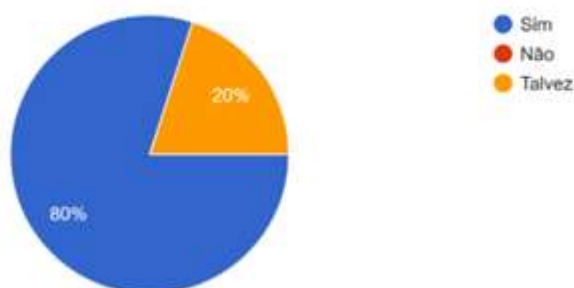
A décima quarta questão teve como objetivo avaliar a percepção dos respondentes sobre a importância do trabalho do arquivista e se a falta de conhecimento sobre sua atuação pode comprometer a gestão da informação na instituição, conforme apresentado no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Falta de conhecimento

14. Em sua opinião, a falta de conhecimento sobre o trabalho do arquivista pode comprometer a gestão da informação na instituição?
9 respostas



5 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

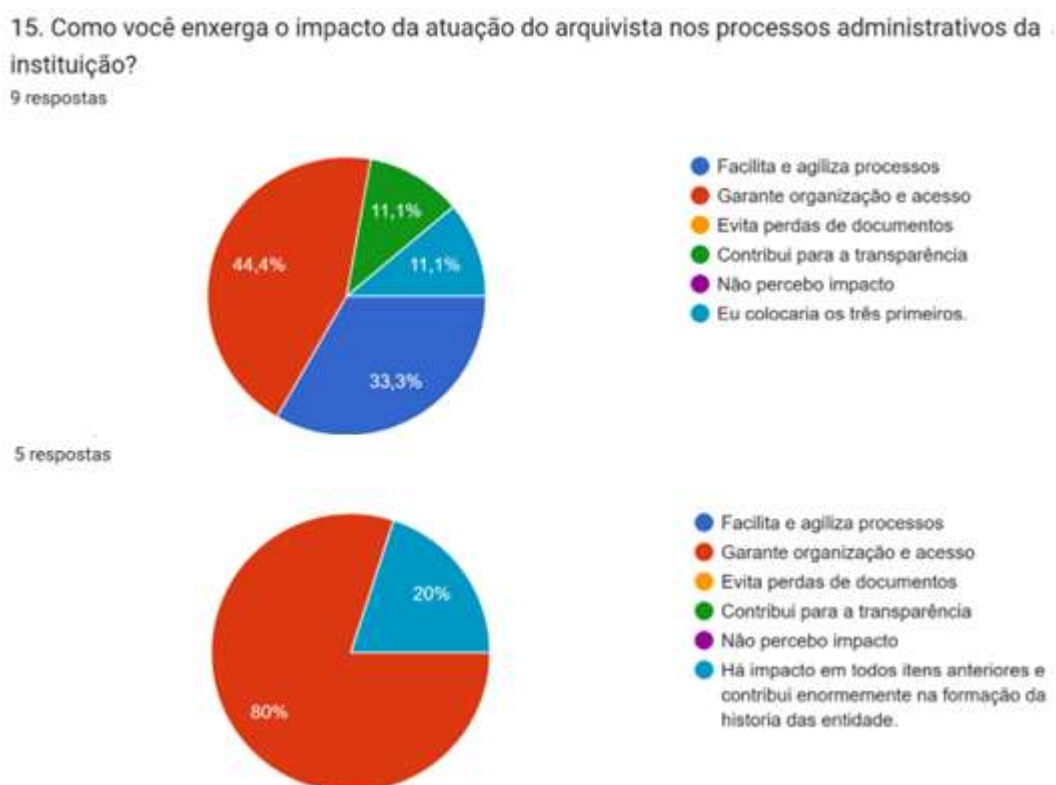
Na FCJA, os dados indicam que a maioria dos respondentes consideram que a falta de conhecimento institucional acerca do trabalho do arquivista pode comprometer a gestão da informação. Essa percepção relaciona-se ao caráter transversal das atividades arquivísticas, uma vez que a atuação desse profissional não ocorre de forma isolada, mas depende da

articulação com os demais setores da instituição para garantir a organização, o acesso e a preservação da informação.

Resultado semelhante foi observado na ARPB, evidenciando que, independentemente da finalidade institucional, a atuação do arquivista demanda integração com os diferentes setores e reconhecimento de suas atribuições. A ausência de compreensão, por parte dos demais colaboradores, acerca das atividades desenvolvidas por esse profissional tende a impactar negativamente a gestão da informação, reforçando a importância da visibilidade e da articulação institucional do trabalho arquivístico.

Na décima quinta questão, Gráfico 14, podemos identificar a percepção dos respondentes sobre o impacto da atuação do arquivista nos processos administrativos da instituição.

Gráfico 14 – Impacto da atuação



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Na FCJA, os respondentes demonstram uma percepção integrada da atuação do arquivista, reconhecendo que seu trabalho não se limita a uma única função, mas envolve a facilitação e agilidade dos processos, na organização, acesso à informação e na promoção da transparência. As respostas indicam que o arquivista é visto como um profissional estratégico,

cujo papel se articula com diferentes dimensões da gestão institucional, o que pode estar relacionado à missão institucional de preservação da memória e do patrimônio cultural.

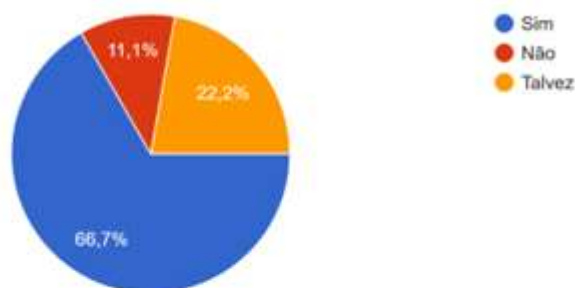
Na ARPB, a percepção dos respondentes é mais objetiva, associando o impacto do arquivista principalmente à organização e ao acesso à informação, como suporte à eficiência administrativa. Essa visão indica que o arquivista é reconhecido principalmente como agente do ordenamento documental e da eficiência administrativa. Embora minoritária, a resposta que aponta impacto amplo e contribuição histórica indica um reconhecimento mais abrangente.

Portanto, o arquivista gera impacto positivo nos processos administrativos, de forma transversal em diferentes tipos de instituições.

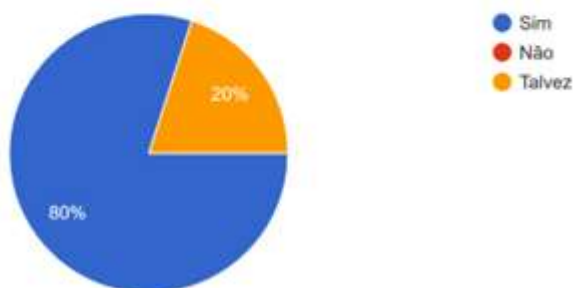
A décima sexta questão, Gráfico 15, foi identificado o interesse dos respondentes em receber mais informações sobre o trabalho do arquivista, vejamos os resultados:

Gráfico 15 – Informação sobre o trabalho

16. Você gostaria de receber mais informações sobre o trabalho do arquivista?
9 respostas



5 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Na FCJA, a maioria dos respondentes demonstrou interesse em obter mais informações, o que indica reconhecimento ou curiosidade em compreender melhor suas atribuições. Observou-se alguns indecisos, mostrando que pode haver necessidade de maior divulgação e esclarecimento sobre a relevância da área para fortalecer esse interesse. Houve ainda uma manifestação de desinteresse, porém considerando a natureza da instituição e as respostas

anteriores, é provável que esse respondente já possua conhecimento significativo sobre a área e, devido ao seu setor, não veja necessidade de se aprofundar.

Já na ARPB, o interesse se mostra mais homogêneo e enfático, com ampla maioria demonstrando desejo de receber mais informações e ausência total de respostas negativas. Ainda assim, a existência de respostas “talvez” indica que, embora o arquivista seja visto como necessário, seu papel ainda não é plenamente compreendido por todos os colaboradores.

Em ambas, há indicativos claros de que ações informativas e educativas podem contribuir significativamente para fortalecer a visibilidade e o reconhecimento da atuação do arquivista.

A décima sétima questão, Gráfico 16, buscou compreender por parte dos colaboradores quais ações podem contribuir para dar maior visibilidade ao trabalho do arquivista dentro da instituição.

Gráfico 16 – Visibilidade do arquivista

17. Que ações poderiam contribuir para tornar o trabalho do arquivista mais visível na instituição?
9 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

De modo geral, as respostas indicam que a visibilidade do arquivista está diretamente relacionada à comunicação, à educação institucional e à integração do setor de arquivos às rotinas organizacionais. Em ambas as instituições, percebe-se que o trabalho arquivístico ainda

é visto como pouco perceptível no cotidiano dos colaboradores, o que reforça a necessidade de ações que aproximem o arquivista dos demais setores.

Na FCJA, observa-se a valorização de palestras e capacitações internas, indicando o reconhecimento do arquivista como agente formador. Esse dado sugere que o desconhecimento sobre as funções arquivísticas contribui para sua invisibilidade. A inclusão de orientações arquivísticas no treinamento de novos servidores reforça a importância da institucionalização desse conhecimento desde o ingresso na instituição. Já a resposta que demonstra dificuldade em opinar evidenciam lacunas de contato e fragilidades na comunicação institucional sobre as ações do setor de arquivos.

Na ARPB as respostas indicam uma percepção voltada à gestão e aos resultados. A ênfase em campanhas de gestão documental e em relatórios periódicos revela o reconhecimento do arquivista como profissional estratégico, cuja visibilidade está ligada à formalização e divulgação de seus resultados. A menção à importância de todos os itens evidencia uma compreensão integrada do papel do arquivista, dependente de ações articuladas.

Essas diferenças refletem os contextos institucionais e o nível de maturidade da gestão documental, indicando que a valorização do arquivista exige ações contínuas de educação, comunicação e integração institucional. Nesse sentido, Rousseau e Couture (1998) apontam que a existência de programas estruturados de gestão documental é fundamental para garantir a proteção, a integridade e o acesso contínuo à informação, evidenciando a importância de práticas institucionais consolidadas. Assim, a ausência ou fragilidade dessas práticas pode impactar diretamente no reconhecimento do arquivista e na sua inserção estratégica nas organizações.

A última questão foi aberta a comentários e opiniões onde teve apenas três respondentes, na resposta do colaborador da FCJA, destacou-se a importância do arquivista para a instituição e para o exercício da cidadania. E nos dois respondentes da ARPB, observou-se a necessidade de maior integração entre entidades e da ampliação da presença do arquivista, reconhecido como fundamental para a organização, a segurança da informação, a legalidade e a preservação da memória institucional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como propósito investigar a percepção dos colaboradores institucionais acerca da atuação do arquivista, analisando como o conhecimento ou a falta dele sobre suas atribuições influencia a valorização da profissão e sua contribuição para a gestão da informação e a preservação da memória institucional. A partir dos dados coletados e analisados, foi possível alcançar os objetivos propostos e responder ao problema da pesquisa.

Os resultados demonstram que, embora o arquivista seja amplamente reconhecido como responsável pela organização, conservação e controle dos documentos, sua atuação ainda é compreendida de maneira parcial. Predomina uma visão associada às atividades operacionais, enquanto as dimensões técnica, estratégica e normativa da Arquivologia permanecem pouco evidentes para grande parte dos colaboradores. Essa limitação de compreensão contribui para a subvalorização do profissional e pode comprometer a efetividade das práticas de gestão documental, o acesso à informação e a eficiência administrativa.

A comparação entre as instituições analisadas revelou que o contexto institucional exerce influência direta sobre a forma como o trabalho arquivístico é percebido. Na Fundação Casa de José Américo, cuja missão está relacionada à cultura e à memória, o arquivista tende a ser mais associado à preservação do patrimônio documental e à construção da memória institucional. Em contrapartida, na Agência de Regulação do Estado da Paraíba, embora se reconheça a importância do arquivista para a organização e a segurança da informação, sua atuação ainda se apresenta de forma menos integrada aos processos estratégicos e decisórios da instituição.

Verificou-se, ainda, que o desconhecimento acerca das atribuições do arquivista pode gerar impactos negativos nos processos administrativos, no acesso à informação e na eficiência institucional. Ao mesmo tempo, os dados indicam um interesse significativo dos colaboradores em compreender melhor o trabalho arquivístico, o que evidencia um cenário propício para ações de sensibilização, capacitação e fortalecimento da cultura arquivística no ambiente organizacional.

Diante desse contexto, torna-se fundamental que as instituições adotem estratégias que promovam maior visibilidade ao arquivista, tais como ações educativas, integração do setor de arquivos às rotinas administrativas, participação do profissional em instâncias de planejamento e tomada de decisão, bem como o reconhecimento institucional de sua função estratégica. Tais iniciativas contribuem não apenas para a valorização da profissão, mas também para o aprimoramento da gestão da informação, da transparência e da governança pública.

Ressalta-se que os resultados desta pesquisa estão relacionados ao contexto específico das instituições analisadas, não sendo passíveis de generalização para todas as realidades institucionais. Nesse sentido, sugere-se que estudos futuros ampliem o recorte da pesquisa, contemplando outras instituições públicas e privadas, diferentes regiões e a percepção da alta gestão, de modo a aprofundar a compreensão sobre os desafios e potencialidades da atuação arquivística.

Conclui-se, portanto, que o arquivista ocupa um papel central nas organizações contemporâneas, sendo indispensável para a gestão eficiente da informação, a preservação da memória institucional e o fortalecimento das práticas administrativas. Apesar disso, seu reconhecimento ainda se mostra insuficiente, o que reforça a necessidade de ampliar o debate sobre sua atuação e de fortalecer a Arquivologia como campo científico e profissional. Espera-se que este estudo contribua para reflexões futuras e para a construção de práticas institucionais mais conscientes, integradas e valorizadoras do trabalho arquivístico.

REFERÊNCIAS

- ABBOT, D. **What is Digital Curation?** DCC Briefing Papers: Introduction to Curation. Edinburgh: Digital Curation Centre, 2008. Disponível em: <https://era.ed.ac.uk/bitstream/handle/1842/3362/Abbott%20What%20is%20digital%20curation%20%20Digital%20Curation%20Centre.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2025.
- ARAUJO, Renata Oliveira de; FINAMOR, Márcio da Silva. **Curadoria Digital: papéis e responsabilidades do arquivista**. Informação@Profissões, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 44–68, 2017. DOI: 10.5433/2317-4390.2017v6n1p44. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/31381>. Acesso em: 21 nov. 2025.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Publicações Técnicas; nº 51. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.
- Arquivo Nacional. **Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB)**. s.d. DIBRARQ – Diretório Brasileiro de Arquivos. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/associacao-dos-arquivistas-brasileiros>. Acesso em: 23 nov. 2025.
- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. 41 p. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/arquivc3adstica-objetos-princc3adpios-e-rumos.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.
- BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. **Organização da Informação ou Organização do Conhecimento?** In: IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 2008, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: ANCIB / IBICT, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142>. Acesso em: 23 nov. 2025.
- BRASIL. Arquivo Nacional. **Portaria nº 16, de 25 de janeiro de 2017: Publica a Versão 2.0 da Política de Preservação Digital a ser adotada no Arquivo Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jan. 2017. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/Politica_Preservacao_Digital_v2.pdf. Acesso em: 23 nov. 2025.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). **Resolução CONARQ nº 50, de 6 de maio de 2022: dispõe sobre o modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos – e-ARQ Brasil, versão 2**. Brasília: CONARQ, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-50-de-06-de-maio-de-2022>. Acesso em: 25 nov. 2025.
- BRASIL. Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020. **Regulamenta a digitalização de documentos físicos e estabelece que os documentos digitalizados cumprindo os requisitos legais tenham o mesmo valor jurídico que o original**. Diário Oficial da União: Brasília, DF,

18 mar. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10278.htm. Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. **Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm. Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005. **Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências. Revogada pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11111.htm. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).** Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 12 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. **Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, 5 jul. 1978. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6546.htm. Acesso em: 12 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República [1991]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm. Acesso em: 12 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. **Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm. Acesso em: 12 nov. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Orientação Técnica n.º 1: Orientações para contratação de SIGAD e serviços correlatos.** Rio de Janeiro: CONARQ, abr. 2011. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/Orientacao_tecnica_1.pdf. Acesso em: 8 nov. 2025.

COSTA, Leonardo Antunes Alves da. **A consolidação da imagem do arquivista**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/9238/TCC%20%20PDF.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2026.

COUGO JÚNIOR, Francisco Alcides. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2023. (Prêmio Nacional de Arquivologia Maria Odila Fonseca, 2023). Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/publicacoes/a-patrimonializacao-cultural-de-arquivos-no-brasil.pdf>. Acesso em: 26 out. 2025.

CUNHA, M. B. DA; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451p. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 24 nov. 2025.

ERTHAL, Daniele. **O papel do profissional arquivista na gestão de informações na sociedade do conhecimento**. In: Congresso de Arquivologia do Mercosul, 6, 2005, Campos do Jordão: ARQSP, 2005.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 124p.

GABLER, Leandro. **Arquivo Nacional**. In: Dicionário da Primeira República. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/539-arquivo-nacional>. Acesso em: 25 out. 2025.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/wp-content/uploads/2023/11/Metodologia-de-Pesquisa-Cientifica.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: <https://home.ufam.edu.br/salomao/Tecnicas%20de%20Pesquisa%20em%20Economia/Textos%20de%20apoio/GIL,%20Antonio%20Carlos%20-%20Como%20elaborar%20projetos%20de%20pesquisa.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2025

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual de orientação para uso do ambiente digital de gestão documental do Programa SP Sem Papel**. Aprovado pela Resolução SG-57, de 30 de setembro de 2019. São Paulo, 2019. 81 p. Disponível em: https://www.saude.sp.gov.br/resources/crh/assistencia-tecnica/resolucaosg_manual_spsempapel.pdf. Acesso em: 25 nov. 2025

KRAUSE, C.; PAGANINI, G.; PROVEDEL, A.; CORRÊA, L. H. M. **A atuação do arquivista no desenvolvimento e na administração de sistemas de informação computadorizados**. In: Congresso de Arquivologia do Mercosul, 6, 2005, Campos do Jordão. Anais... Campos do Jordão: ARQSP, 2005.

NASCIMENTO, M. de Arruda; FLORES, D. **A gestão da informação arquivística na implementação de sistemas de qualidade**. Ponto de Acesso: revista de ciência da

informação, Salvador, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1778/2169>. Acesso em: 26 out. 2025.

PARRELA, Ivana Denise; NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. **Memória institucional e Arquivologia: uma discussão teórico-metodológica**. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 24, nº especial, p. 176-188, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1843/58195>. Acesso em: 26 out. 2025.

RODRIGUES, José Honório. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional / Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959. Disponível em: <https://bdan.an.gov.br/server/api/core/bitstreams/3e652399-7a63-460a-b219-d4c725f1504e/content>. Acesso em: 23 out. 2025.

RONCAGLIO, Cynthia; SZVARÇA, Décio Roberto; BOJANOSKI, Silvana de Fátima. **Arquivos, gestão de documentos e informação**. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia, arquivologia e ciência da informação, Florianópolis/SC, Brasil, v. 9, n. 2, p. 1–13, 2004. DOI: 10.5007/1518-2924.2004v9nesp2p1. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2004v9nesp2p1>. Acesso em: 25 nov. 2025.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998. p.356.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

SILVA, Kevin Schwantz Gomes da. **Organização da informação como apoio para tomada de decisão: estudo de caso em uma pequena empresa**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/46461>. Acesso em: 26 out. 2025.

SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011.

TANUS, Gabrielle Francinne S. C.; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências**. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia, arquivologia e ciência da informação, Florianópolis/SC, Brasil, v. 18, n. 37, p. 83–102, 2013. DOI: 10.5007/1518-2924.2013v18n37p83. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p83>. Acesso em: 24 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). **Arquivologia: o que é e qual a sua importância**. Universidade Federal de Santa Maria, 2023. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prograd/descubra/arquivologia>. Acesso em: 19 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Arquivo problemático**. In: A Traça: boletim do Projeto de Extensão Histórias & Memórias sobre Educação, 2. ed., n. 6, mar. 2021. Disponível em: <https://educacao.ufpr.br/wp-content/uploads/2021/03/Arquivo-problematico.pdf>. Acesso em: 22 out. 2025.

APÊNDICE

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS PARTICIPANTES

Este questionário faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “O arquivista em foco: reconhecimento, atribuições e impacto organizacional a partir da percepção dos colaboradores”. As respostas são anônimas e utilizadas apenas para fins acadêmicos. A participação é voluntária.

1. Qual o nome da Instituição que você trabalha?

- ☐ Agência de Regulação do Estado da Paraíba - ARPB
- ☐ Fundação Casa de José Américo

2. Qual é o seu setor de trabalho na instituição?

- ☐ Administrativo
- ☐ Financeiro
- ☐ Recursos Humanos
- ☐ Tecnologia da Informação
- ☐ Gestão / Diretoria
- ☐ Outro: _____

3. Há quanto tempo trabalha na instituição?

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ 1 a 3 anos
- ☐ 4 a 7 anos
- ☐ Mais de 7 anos

4. Você já teve contato profissional com arquivos, documentos ou sistemas de gestão documental?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não tenho certeza

5. Você conhece a profissão de arquivista?

- ☐ Sim, conheço bem
- ☐ Conheço superficialmente

- ☐ Já ouvi falar, mas não sei exatamente o que faz
- ☐ Não conheço

6. Em uma frase, como você descreveria o trabalho do arquivista?

7. Na sua opinião, qual é o conhecimento MAIS importante para trabalhar com arquivos na instituição?

(Marque apenas uma alternativa.)

- ☐ Organização pessoal
- ☐ Formação específica em Arquivologia
- ☐ Conhecimentos administrativos
- ☐ Experiência prática
- ☐ Outros: _____
- ☐ Não sei responder

8. Na sua percepção, quais são as atividades que fazem parte do trabalho do arquivista?

- ☐ Organizar documentos
- ☐ Avaliar documentos
- ☐ Digitalizar documentos
- ☐ Proteger documentos contra acessos indevidos
- ☐ Eliminar documentos
- ☐ Conservar / higienizar documentos
- ☐ Criar e aplicar tabelas de temporalidade
- ☐ Gerenciar documentos digitais
- ☐ Divulgar dados privados
- ☐ Preservação digital (backup, migração, formatos)
- ☐ Elaborar metadados e descrição documental
- ☐ Acompanhar sistemas de protocolo / SEI / GED
- ☐ Atender usuários e pesquisas
- ☐ Planejar políticas de gestão documental
- ☐ Ações de transparência e acesso à informação
- ☐ Não sei
- ☐ Outros: _____

9. Você considera que o arquivista deve participar das atividades estratégicas da instituição?

☐ Sim

☐ Não

☐ Não sei

Se desejar, explique:

10. Você já recebeu orientações de arquivista(s) sobre organização, classificação ou uso de documentos?

☐ Sim

☐ Não

Se sim, como avalia essa experiência?

11. Há dificuldades relacionadas ao acesso, uso ou armazenamento de documentos em seu setor?

☐ Sim

☐ Não

Se sim, quais?

12. Você considera o trabalho do arquivista importante para o funcionamento institucional?

☐ Sim, muito importante

☐ Importante

☐ Pouco importante

☐ Não vejo importância

☐ Não sei responder

13. Na sua percepção, o arquivista é valorizado na instituição?

☐ Sim

☐ Parcialmente

☐ Não

☐ Não sei responder

Justifique sua

resposta: _____

14. Em sua opinião, a falta de conhecimento sobre o trabalho do arquivista pode comprometer a gestão da informação na instituição?

☐ Sim

☐ Não

☐ Talvez

Explique:

15. Como você enxerga o impacto da atuação do arquivista nos processos administrativos da instituição?

☐ Facilita e agiliza processos

☐ Garante organização e acesso

☐ Evita perdas de documentos

☐ Contribui para a transparência

☐ Não percebo impacto

☐ Outros:

16. Você gostaria de receber mais informações sobre o trabalho do arquivista?

☐ Sim

☐ Não

☐ Talvez

17. Que ações poderiam contribuir para tornar o trabalho do arquivista mais visível na instituição?

☐ Palestras ou capacitações internas

☐ Divulgação em redes internas ou murais

☐ Criação de campanhas sobre gestão documental

☐ Inclusão de orientações sobre arquivos no treinamento de novos servidores

☐ Relatórios periódicos do setor de arquivos

☐ Não sei

☐ Outras:

18. Espaço aberto para sugestões ou comentários:
